FAS

unesco

Secretaria do Meio Ambiente

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

RESERVA DA BIOSFERA
AMAZÔNIA CENTRAL

Relatório Executivo do Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Amazônia Central (2021-2024)

AMAZONAS, Governo do.
R375c Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Amazônia Central – PARBAC (2021-2024). Manaus: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO Brasil/Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA-AM/Fundação Amazônia Sustentável - FAS, 2021.
207 f. il. Col.; 32 cm

Elaboração: João Rodrigo Leitão dos Reis – Geógrafo CRE-AM n.º 13.184-D
Supervisão: Christina Fischer (SEMA-AM) & Glauco Kimura de Freitas (UNESCO Brasil)
Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Amazônia Central - PARBAC - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO /Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA-AM/Fundação Amazônia Sustentável - FAS. 2021.

1. Reserva da Biosfera. 2. Amazônia. 3. Planejamento Estratégico. 4. Plano de Ação. 5. Gerenciamento Socioambiental. I. FISCHER, Christina. II. FREITAS, Glauco Kimura de. III. Título.

Consultor Técnico do PARBAC:
Dr. João Rodrigo Leitão dos Reis – Geógrafo CREA-AM n.º 13184-D

Supervisão Técnica:
MSc. Christina Fischer – Secretária Executiva Adjunta da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA-AM
MSc. Glauco Kimura de Freitas – Oficial de Ciências Naturais da Representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO no Brasil

Projeto Gráfico:
Ana Paula Pimenta - Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Coordenação Executiva para o Projeto Gráfico:
Alessandra Marimon - Fundação Amazônia Sustentável (FAS)
Pedro Oliveira - Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Revisora Técnica:
MSc. Artemísia Souza do Valle – Cientista Ambiental

Colaboradores Técnicos:
ADM. Glauce Maria Tavares Monteiro – Assessora de Colegiados da SEMA
Eng. Abraham Lincoln Benayon Moreira – Analista Ambiental
Esp. Miqueias Santos de Souza – Assessor Técnico da SEMA
Geog. Francisco Aginaldo Queiroz Silva – Colaborador da Rede Grupo de Trabalho Amazônico – GTA no Amazonas
MSc. Maria Jasylene Pena de Abreu – Técnica do Fundo Mundial para a Natureza – WWF Brasil

Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Amazônia Central – CERBAC
Grupo de Trabalho para elaboração PARBAC – GT/PARBAC/CERBAC
Dr. Thierry Ray Jehlen Gasnier – Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Esp. Marco Antônio Vaz de Lima – Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS do Tupé da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus – SEMMAS
MSc. Guillermo Moisés Bendezú Estupinan – Especialista da Associação Conservação da Vida Silvestre – WCS Brasil

Profissionais Entrevistados na Consultoria:
Dr. Thierry Ray Jehlen Gasnier – Professor Titular da UFAM
Esp. Marco Antônio Vaz de Lima – Gestor da RDS do Tupé da SEMMAS
MSc. Artemísia Souza do Valle – Cientista Ambiental, servidora aposentada do IPAAM
MSc. Carlos Cesar Durigan – Diretor da WCS Brasil
MSc. Christina Fischer – Secretária Executiva Adjunta da SEMA
MSc. Francisco Carlos Borges de Souza – Diretor Geral do Fórum Permanente em Defesa das Comunidades Rurais e Ribeirinhas de Manaus – FOPEC
MSc. Guillermo Moisés Bendezú Estupinan – Especialista em Recursos Pesqueiros da WCS Brasil
MSc. Marcelo Garcia – Servidor do IPAAM
MSc. Marcos Roberto Pinheiro – Cientista Ambiental
MSc. Maria Jasylene Pena de Abreu – Técnica de Desenvolvimento de Capacidades Socioambientais do WWF Brasil
MSc. Miguel Ângelo Andrade – Coordenador do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço

Prólogo

As Reservas da Biosfera são espaços de aprendizado para a promoção do desenvolvimento sustentável de territórios sob diferentes contextos ecológicos, sociais e econômicos. A Rede Mundial de Reservas da Biosfera, distribuída em 129 países, conta com 714 Reservas da Biosfera reconhecidas pela UNESCO, das quais 21 em zonas transfronteiriças. No Brasil essa Rede é formada por 07 (sete) Reservas abrangendo todos os biomas brasileiros.

A Reserva da Biosfera da Amazônia Central está localizada em uma vasta região influenciada pelos afluentes dos rios Negro e Solimões, do rio Amazonas, e na área de transição Planície Amazônica-Escudo das Guianas. Designada em 2001, a reserva possui cerca de 19.8 milhões de hectares, o equivalente à soma dos territórios de Portugal, Bélgica, Holanda e Suíça. É formada por vastas áreas protegidas e por unidades menores que funcionam como importantes corredores ecológicos na manutenção do fluxo genético de espécies entre essas diferentes unidades. Nessa região estão as paisagens mais deslumbrantes da planície amazônica e uma das maiores biodiversidades do planeta. Dentro da Reserva da Biosfera da Amazônia Central encontra-se o Complexo de Conservação da Amazônia Central, um território de quase 6 (seis) milhões de hectares reconhecido como Sítio do Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO, formado pelos Parques Nacional do Jaú e Anavilhanas e pelas Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá. As belezas cênicas e naturais dessa região, aliadas à riqueza cultural dos povos tradicionais, indígenas e ribeirinhos, resultam em um enorme potencial ecoturístico de baixo impacto, tendo Manaus como o grande centro urbano e seu principal acesso.

O Programa Homem e a Biosfera (MaB – Man and the Biosphere) foi criado como resultado da "Conferência sobre a Biosfera", realizada pela UNESCO em Paris, em setembro de 1968. O MaB foi lançado, em 1971, como um Programa da UNESCO de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio. Busca o entendimento dos mecanismos dessa convivência em todas as situações bioclimáticas e geográficas da biosfera, procurando compreender as repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas mais representativos do planeta. Ademais, o MaB é responsável pela criação e gestão da Rede Mundial de Reservas da Biosfera.

É com enorme satisfação que a Representação da UNESCO no Brasil, em estreita colaboração com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas SEMA-AM, que vem atuando como o Secretariado do Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Amazônia Central, e a Fundação Amazônia Sustentável - FAS, promovem o Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Amazônia Central. Tal instrumento é de suma importância para nortear as atividades e definir ações prioritárias para salvaguardar o importante patrimônio ecológico e cultural da região bem como o de promover oportunidades econômicas sustentáveis aos seus habitantes. Este Plano foi desenvolvido de forma participativa, transparente e com elevados padrões técnicos para que possa catalisar ações transformadoras frente ao cenário desafiador de degradação das terras e das mudanças climáticas. Agradecemos o apoio e parceria de todas as organizações e indivíduos que colaboraram nesse esforço.

Glauco Kimura de Freitas
Oficial de Ciências Naturais da Representação da UNESCO no Brasil

Eduardo Costa Taveira
Secretário de Estado do Meio Ambiente do Amazonas - SEMA

Virgilio Maurício Viana
Superintendente Geral da Fundação Amazônia Sustentável - FAS

Sumário

1. Apresentação.....06

2. Procedimento Metodológico.....10

3. Resultados
3.1. Características da RBAC.....14
3.2. Histórico e Linha do Tempo da RBAC.....18
3.3. Diagnóstico Territorial da RBAC.....20
3.4. Diagnóstico Socioambiental na RBAC.....30
3.5. Planejamento da RBAC – Plano de Ação de Lima.....37

4. Considerações Finais.....39

5. Referências Bibliográficas.....41

6. Anexo: Matriz de Planejamento da RBAC (2021-2024):
6.1. AAE.A: RBAC como modelo de funcionamento eficaz.....48
6.2. AAE.B: RBAC na colaboração e formação de redes.....54
6.3. AAE.C: RBAC com parcerias efetivas.....58
6.4. AAE.D: RBAC em comunicação.....60
6.5. AAE.E: RBAC com governança efetiva.....61

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – RBAC na Amazônia Legal.....14
Figura 02 – Municípios na RBAC.....16
Figura 03 – Linha do Tempo da RBAC.....19
Figura 04 – Tipologias de Áreas Protegidas e Assentamentos Rurais na RBAC.....25
Figura 05 – Áreas com Reconhecimento Internacional na RBAC.....26
Figura 06 – Instrumentos de Gestão para a Conservação da Biodiversidade.....27
Figura 07 – Cobertura e Uso da Terra na RBAC.....30
Figura 08 – Desmatamentos na RBAC.....32
Figura 09 – Imóveis inscritos no CAR por Zonas da RBAC.....33
Figura 10 – Empreendimentos na RBAC.....34

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Zonas da RBAC.....15
Quadro 02 – Territórios Institucionais na RBAC.....20
Quadro 03 – Unidades de Conservação na RBAC.....22
Quadro 04 – Terras Indígenas e Etnias na RBAC.....23
Quadro 05 – Situação Socioambiental da RBAC em 2020.....31
Quadro 06 – Número de Ações aprovadas para o PARBAC (2021-2024).....38

1. Apresentação

Os Planos de Ação das Reservas da Biosfera – RB são reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO como ferramentas prioritárias e estratégicas para se implementar com efetividade os objetivos de reconhecimento dessas reservas (UNESCO, 2016; 2017). Nesse contexto, os Planos de Ação são documentos administrativos, formais ou informais, adotados no âmbito dos órgãos gestores para intervir diretamente na criação, implementação, gestão e consolidação de Territórios Institucionais sob a competência desses órgãos.

Dentro dessa premissa, a UNESCO, em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas - SEMA-AM, o Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Amazônia Central - CERBAC e a Fundação Amazônia Sustentável - FAS, apoiou a elaboração do Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Amazônia Central – PARBAC (2021-2024), oficializado por meio da Portaria SEMA n.º 045/2021, de 29 de abril de 2021.

Destaca-se que o PARBAC (2021-2024) possui a diretriz de que a "Gestão da Reserva da Biosfera da Amazônia Central - RBAC é adaptativa, resiliente e participante", envolvendo alternativas de gerenciamento com a contribuição dos distintos órgãos gestores dos Territórios Institucionais abrangidos pela RBAC, além dos demais agentes atuantes no território da reserva.

Frisa-se que, nesse PARBAC, os "Territórios Institucionais" são qualificados como sendo os territórios:

a) abrangidos sob alguma proteção legal na forma de Tipologias de Áreas Protegidas - TAP brasileiras (Reserva Legal - RL, Área de Preservação Permanente - APP, Sítios Arqueológicos - SA, Sítios Espeleológicos - SE, Sítios Paleontológicos - SP, Terras e/ou Territórios Indígenas - TI, Unidades de Conservação - UC, Terras Quilombolas – TQ);

b) com Reconhecimento da Importância Internacional para a Conservação da Biodiversidade, como as RB, Sítios Mundiais do Patrimônio Natural da Humanidade - SMPNH, Sítios Ramsar de Zonas Úmidas de Importância Internacional – Sítio Ramsar, Geoparques Internacionais e Áreas Importantes para a Conservação das Aves – IBA;

c) que são Instrumentos de Gestão da Conservação da Biodiversidade, como os mosaicos de áreas protegidas, os corredores ecológicos regionais e as Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade – APCB e para Proteção do Patrimônio Espeleológico;

d) de Uso Especial qualificado, como os Assentamentos Rurais – AR.

Historicamente, desde o surgimento do Programa Homem e Biosfera – MAB, em 1971, a UNESCO gera subsídios técnicos, dialogados de forma participante, para orientar e recomendar as melhores alternativas de gestão para as RB ao redor do globo. Ao longo do tempo, novas abordagens metodológicas surgem e outras são aperfeiçoadas a partir das lições aprendidas de cada experiência implementada, o que favorece a constante melhoria técnica.

As RB possuem uma natureza individualizada devido ao contexto político, cultural, institucional e ambiental do local, região e país nas quais estão inseridas. No entanto, as alternativas de gestão podem ser orientadas por princípios norteadores gerais para as RB. Nesse aspecto, o MAB/UNESCO avança metodologicamente em direção a apoiar a formulação e operacionalização dos planejamentos de forma participativa, adaptativa e inovadora, como no caso do PARBAC.

O Plano de Ação de Lima do MAB/UNESCO (2016-2025), aprovado em março de 2016, é o referencial internacional atual do MAB/UNESCO para o planejamento estratégico das RB. Esse Plano é composto por 05 (cinco) Áreas de Ações Estratégicas - AAE e suas respectivas 29 Subáreas (objetivos ou resultados a serem alcançados). As AAE são as seguintes: AAE.A - A RMRB consiste em modelos eficazes para o desenvolvimento sustentável; AAE.B - Colaboração e formação de redes inclusivas, dinâmicas e orientadas a resultados; AAE.C - Parcerias efetivas externas e financiamento suficiente e sustentado; AAE.D - Comunicação abrangente, moderna, aberta e transparente, e compartilhamento de dados e informações; e, AAE.E - Governança efetiva.

Esse modelo de matriz de planejamento foi construído de forma a uniformizar e unificar os planejamentos das RB, facilitando o monitoramento do cumprimento do Plano de Ação de Lima da escala local (cada RB) à global (MAB/UNESCO). Para tanto, a Matriz de Planejamento do Plano de Ação de Lima é composta pelas colunas: 1) objetivo/resultado a ser alcançado (subáreas): os 29 objetivos/resultados qualitativos a serem alcançados estão padronizados para cada uma das 05 (cinco) AAE conforme o Plano de Ação de Lima; 2) ações a serem executadas: são as medidas de gestão a serem operacionalizadas nas RB, para alcance dos objetivos/resultados (subáreas); 3) responsável(eis): são discriminadas as organizações evolvidas para implementação das medidas; 4) prazo de execução (priorização): será designado o ano ou mês/ano para início e fim da medida, ou definido o grau de prioridade. O prazo de execução dos planos de ação é de 04 (quatro) anos; 5) indicador(es) de monitoramento: são métricas numéricas ou qualitativas usadas para verificar a situação de atendimento da medida.

No Brasil as RB são reconhecidas como modelos, adotados internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades

de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações, conforme o art. 41 da Lei Federal n.º 9.985/2000, de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

Destaca-se que esse conceito foi adotado, em sua integralidade, no Estado do Amazonas, por meio do art. 27 da Lei Complementar Estadual n.º 53/2007, de 03/06/2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas – SEUC--AM, com o acréscimo de que as RB podem ser compostas por Unidades de Conservação - UC, Zonas de Amortecimento - ZA e Corredores Ecológicos.

Insere-se, nesse contexto, a RBAC reconhecida em 2001 pelo MAB/UNESCO, durante a segunda fase de criação de RB no Brasil, regida pela Lei Federal n.º 9.985/2000-SNUC. Em 2021, portanto, a RBAC completou 20 anos de reconhecimento e, com isso, possui possibilidades de fortalecimento de seu gerenciamento com a união de esforços da UNESCO, SEMA-AM, CERBAC e Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Nesse sentido, o PARBAC (2021-2024) contempla 118 ações estratégicas a serem operacionalizadas no prazo de 04 (quatro) anos entre Janeiro de 2021 a dezembro de 2024. Essas 118 ações se materializam em medidas de gestão que devem ser executadas a partir da conciliação de agendas institucionais.

O CERBAC e os Comitês Regionais da RBAC são, neste Plano de Ação, compreendidos como colegiados deliberativos para “Tomada de Decisão”. Complementarmente, é recomendado a constituição de uma instância de “Governança Operacional” que seja responsável pelas medidas administrativas, técnicas e gerenciais essenciais para execução das 118 ações estratégicas do PARBAC. A Governança Operacional da RBAC começa com a construção dos setores e das estruturas da Reserva na instituição responsável por sua gestão, a partir disso, formam-se parcerias institucionais para o compartilhamento de responsabilidades e apoios na implementação das ações.

Sendo assim, o PARBAC (2021-2024) se configura como uma oportunidade de alinhamento institucional na elaboração de agendas comuns com medidas de gestão estratégicas. Possibilita, ainda, ampliar as ações de gestão integrada junto às áreas protegidas e demais Territórios Institucionais, apoiando o fortalecimento da atuação dos órgãos gestores e das organizações representativas. Além disso, a sensibilidade, engajamento e participação ativa dos principais agentes públicos, privados e sociais, atuantes no território, proporcionam maior legitimidade na tomada de decisão materializada e formalizada no CERBAC e Comitês Regionais da RBAC.

Dirce Quintino

2. Procedimento metodológico

O método utilizado na elaboração do PARBAC foi o exploratório de caráter quali-quantitativo, desenvolvido a partir de um Estudo de Caso com a adoção da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, aliada à aplicação de ferramentas de coleta de dados e informações (Gressler, 2004; Yin, 2015; Marconi & Lakatos, 2016) na composição do instrumento de planejamento denominado "Planilha Geral do Projeto" (Vasconcelos, 2011), com elaboração de produtos cartográficos com cálculo e análise poligonal.

Adotando-se os métodos da Representação Social (Moscovici, 1978; Minayo, 1995) e tendo como parâmetro a importância e representatividade das amostras (Bardin, 2016, p. 127) com a aplicação da técnica Bola de Neve "Snowball Sampling" (Atkinson & Flint, 2001; Bernard, 2005; Vinuto, 2014), foram executadas 11 (onze) entrevistas roteirizadas.

O tratamento e análise dos dados e informações bibliográficos e documentais levantados para elaboração do PARBAC ocorreram mediante a sistematização dos conteúdos com base na técnica "Análise de Conteúdo" de Bardin (2016). A obtenção de documentos, relatórios e acervos bibliográficos do período de 2001 a 2020, referentes aos programas, planos e projetos desenvolvidos para a aplicação de medidas de gestão na abrangência da RBAC, obedeceu à averiguação junto à SEMA-AM e à Secretaria Executiva do CERBAC.

Executou-se a produção cartográfica em 03 (três) fases complementares, a seguir detalhadas:

1ª Fase – Realizou-se levantamento das informações geográficas disponíveis nos sites corporativos e institucionais, sendo constituída uma base SIG (Sistema de Informações Geógraficas) da RBAC composta por dados vertoriais (shapefiles) dos Territórios Institucionais por ela abrangidos, bem como, dos aspectos sociambientais abordados nessa pesquisa. Soma-se a isso, a obtenção de dados censitários, documentos oficiais, relatórios e bibliografia em geral.

2ª Fase – Executou-se a produção cartográfica, utilizando-se o Software ESRI ArcGIS 10.3 e a Ferramenta Xtools 2020 para tratamento dos dados vetoriais (shapefiles) e elaboração dos produtos cartográficos.

3ª Fase – A partir dos achados, analisou-se a RBAC e sua relação com os Territórios Institucionais e a situação socioambiental, junto à sistematização e consolidação dos dados e informações sobre seu território.

Para formulação e consolidação do Planejamento Estratégico da RBAC, foi constituída uma "Planilha Geral do Projeto" específica, que se materializa na "Matriz de Planejamento da RBAC – PARBAC – Plano de Ação de Lima", contendo as propostas aprovadas pelo CERBAC. Essa ação foi norteada pelo Plano de Ação Internacional de Lima (2016-2025) do MAB/UNESCO. O processo de elaboração e consolidação do planejamento foi executado nas seguintes fases:

1ª Fase: Análise do Plano de Ação de Lima, com elaboração do marco conceitual;

2ª Fase: Verificação sobre os planejamentos realizados para a RBAC entre 2001 a 2020;

3ª Fase: Correlação dos principais aspectos encontrados no diagnóstico histórico e territorial;

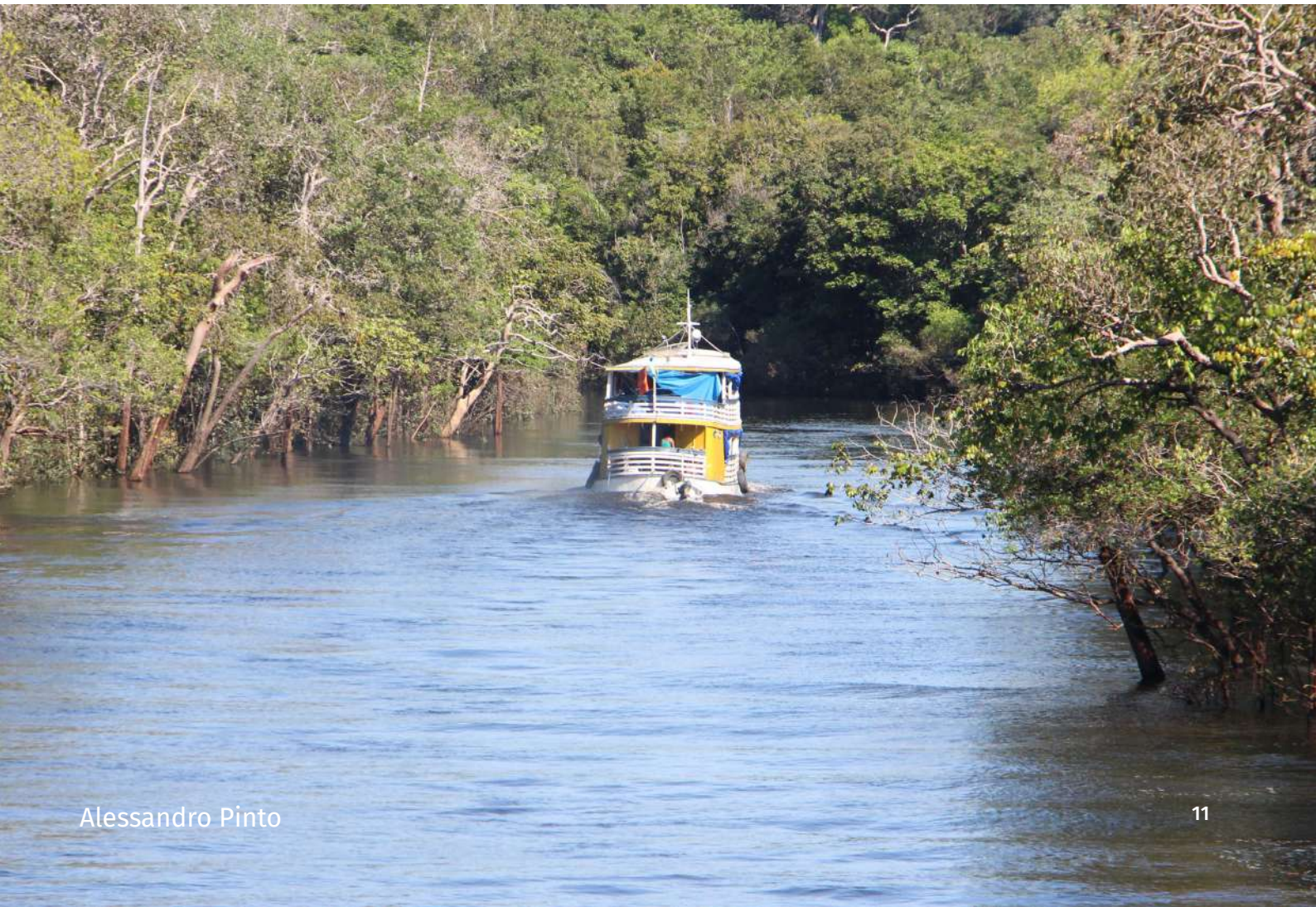
4ª Fase: Estruturação da matriz de planejamento – Plano de Ação de Lima;

5ª Fase: Análise da Matriz de Planejamento elaborada em Março de 2020 pelo Grupo de Trabalho do PARBAC do CERBAC – GT-PARBAC/CERBAC;

6ª Fase: Fase de elaboração de novas propostas e inserção das contribuições da consultoria. Houve a proposição de melhorias, alterações, exclusões, inclusões, complementações ou aprovações ao conteúdo das propostas elaboradas pelos membros do GT-PARBAC/CERBAC;

7ª Fase: Consolidação da Matriz de Planejamento da RBAC, a partir das deliberações dos membros do GT-PARBAC/CERBAC e, posteriormente, com os conselheiros do CERBAC;

8ª Fase: Sistematização do produto final da Matriz de Planejamento - Plano de Ação de Lima e composição do relatório.



Alessandro Pinto

Dirce Quintino

3. Resultados

3.1 Características da RBAC

A RBAC foi designada para inclusão na Rede Mundial de Reservas da Biosfera - RMRB no ano de 2001, por decisão do Conselho Internacional de Coordenação do MAB/UNESCO. A proposta nominal que fundamentou esse reconhecimento foi elaborada por Garcia (2001). Verificou-se que a RBAC abrange 19.836.472,60 ha, equivalente a 12,72% do território do Estado do Amazonas e, excepcionalmente, 0,03% do Estado de Roraima (Fig. 01). Discrimina-se que não foi encontrado decreto federal ou estadual, chancelando o reconhecimento da RBAC pela UNESCO, com memorial descritivo de seus limites geográficos.

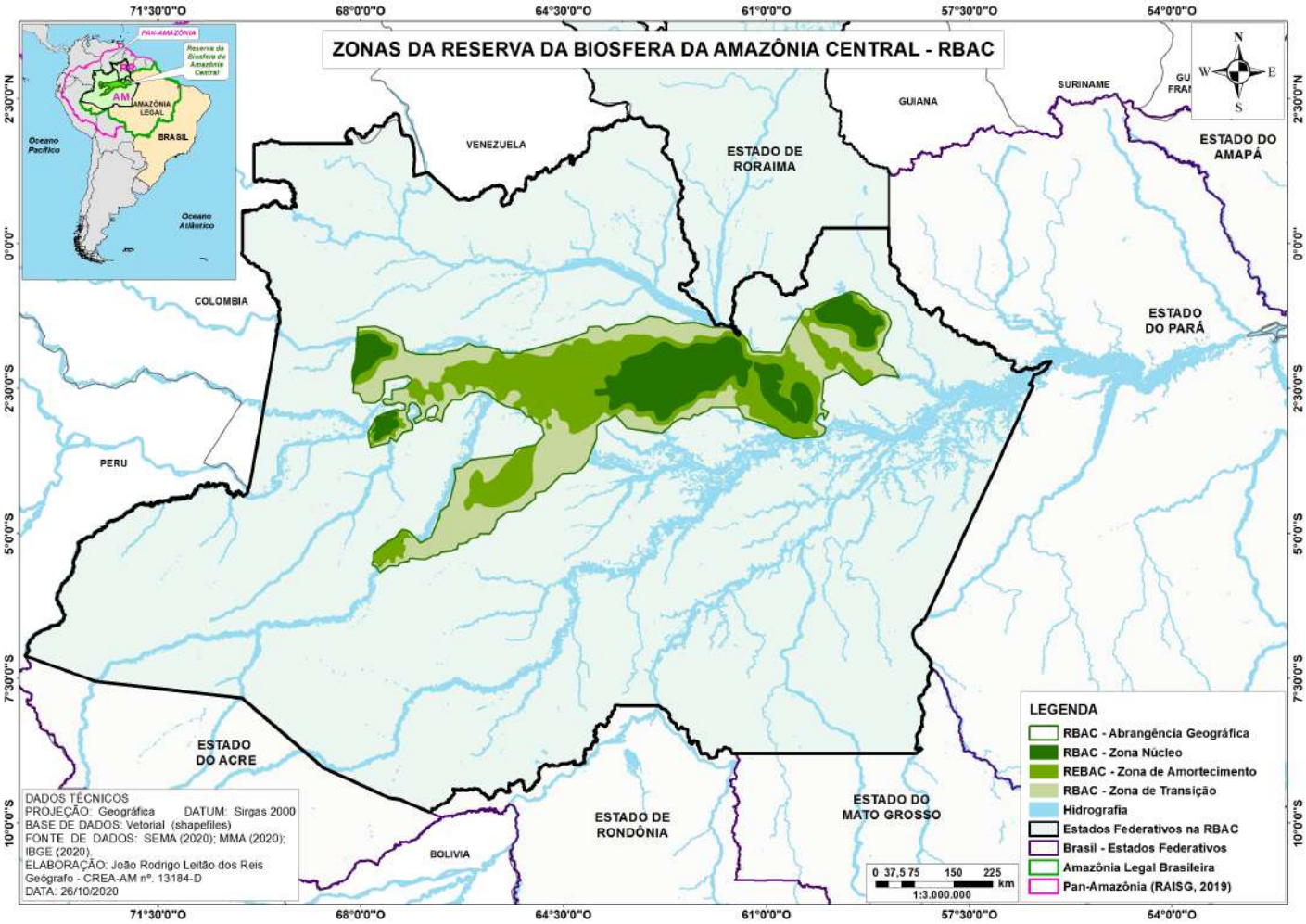


Figura 01 - RBAC na Amazônia Legal. Fonte: Elaborado por Reis (2020)

No § 1o do art. 41, da Lei Federal n.º 9.985/2000-SNUC, e respectivos incisos I, II e III é determinado que as RB são constituídas por: I - uma ou várias áreas-núcleo, destinadas à proteção integral da natureza; II - uma ou várias zonas de amortecimento, onde só são admitidas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo; e, III - uma ou várias zonas de transição, sem limites rígidos, onde o processo de ocupação e o manejo dos recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis.

Constatou-se que as 03 (três) zonas da RBAC (Quadro 01) estão assim discriminadas: a primeira é a Zona Núcleo – ZN, com 4.467.734,49 ha, ocupando a menor área da reserva com 22,52% do parcelamento territorial; a maior abrangência é da Zona de Amortecimento – ZA com 7.704.290,54 ha da reserva, cobrindo 38,84% do território; a última é a Zona de Transição - ZT que cobre 38,64% da reserva, equivalente a 7.664.447,57 ha. Destaca-se que o entorno da ZN é protegido pela ZA, sendo esta circundada pela ZT.

Quadro 01 – Zonas da RBAC, conforme polígono da RBAC no MMA/RBs (2020)

Zonas da RBAC	Hectares	%
Zona Núcleo – ZN	4.467.734,49	22,52
Zona de Amortecimento – ZA	7.704.290,54	38,84
Zona de Transição – ZT	7.664.447,57	38,64
RBAC - Área Total - Base MMA	19.836.472,60	100,00

Fonte: Organização de Reis (2020), com base em MMA/RBs (2020).

Identificou-se uma discrepância na área territorial real da RBAC, uma vez que, no Estudo de Reconhecimento da RBAC (Garcia, 2001, p. 14), a somatória das zonas da reserva é de 20.859.978,00 ha, sendo 19,36% de ZN, 35,65% de ZA e 44,99% de ZT. Já no Relatório da 1ª Revisão Periódica 2001-2015 (SDS/MMA/GIZ, 2015, p. 08), a área da RBAC foi calculada em 19.702.973,54 ha, sendo 19,23% de ZN, 38,94% de ZA e 41,83% de ZT. Diante disso, optou-se pela utilização do polígono disponibilizado pelo MMA/RBs (2020). Uma das possíveis causas para essa discrepância pode ser a revisão dos shapefiles da RBAC ao longo do tempo.

Detectou-se que a RBAC cobre 31 municípios na Amazônia Legal (Fig. 02), sendo 22,85% do território total de 30 municípios do Estado do Amazonas e 0,2% de 01 (um) município do Estado de Roraima, os quais, juntos, cobrem uma área de 90.155.302,46 ha na Amazônia, uma importante representatividade geográfica local. Considerando a base de dados do IBGE (2020cd), esses 31 municípios possuem aproximadamente 3.074.241 habitantes em 2020.

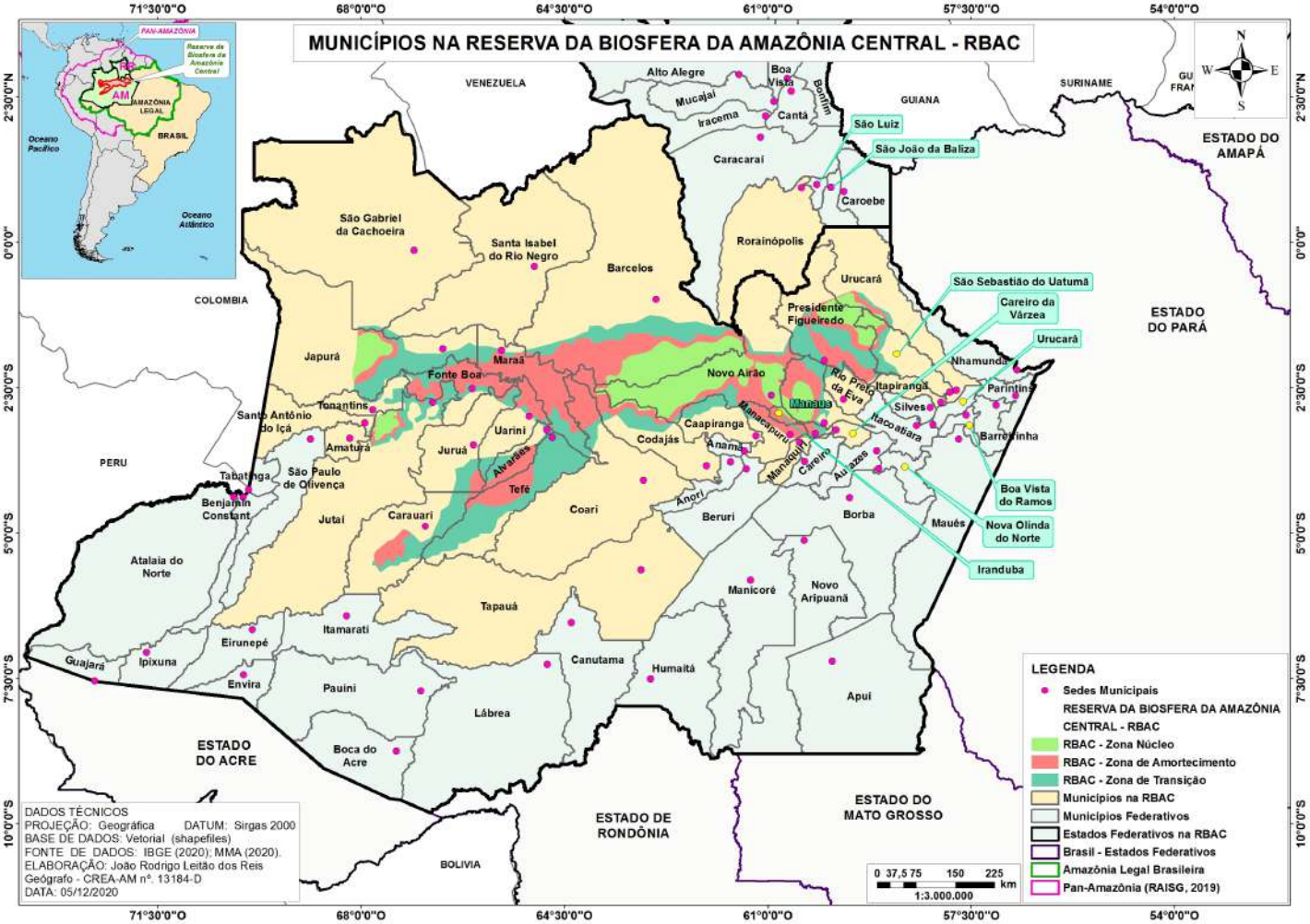


Figura 02 – Municípios na RBAC. Fonte: Elaborado por Reis (2020)

Discrimina-se que os municípios do Estado do Amazonas com maior área coberta pela RBAC são: Iranduba (92,6%), Maraã (86%), Tefé (82,7%), Manaus (79%), Alvarães (78,5%), Fonte Boa (76,8%), Novo Airão (69,3%) e Presidente Figueiredo (66%). Em segundo lugar, encontram-se os municípios abaixo de 50% de abrangência pela RBAC como Manacapuru (39,7%), Uarini (37%), Codajás (37%), São Sebastião do Uatumã (32,5%), Carauari (30,6%), Barcelos (27,2%), Japurá (25,42%), Caapiranga (21,9%), Tonantins (20,6%), Juruá (20,38%) e Rio Preto da Eva (13,8%). E abaixo de 10% estão os municípios de Jutaí (9,8%), Urucará (9%), Coari (9%), Itapiranga (2,48%), Manaquiri (2,1%), Santo Antônio do Içá (0,82%), Santa Isabel do Rio Negro (0,63%), Amaturá (0,3%), São Gabriel da Cachoeira (0,29%), Careiro da Várzea (0,06%) e Tapauá (0,01%). No Estado de Roraima, o único município contemplado pela RBAC é Rorainópolis com 0,2% do seu território.

Com base no Macrozoneamento do Estado do Amazonas, instituído pela Lei Estadual n.º 3.417/2009, de 31/07/2009, encontrou-se na RBAC o quantitativo de 8.965,56 ha, de 11 áreas urbanas das sedes municipais de Alvarães (102,44 ha), Fonte Boa (379,52 ha),

Iranduba (758,38 ha), Jutaí (255,28 ha), Manacapuru (1.036,51 ha), Manaus (4.682,35 ha), Maraã (13,68 ha), Novo Airão (398,85 ha), Presidente Figueiredo (477,92 ha), Tefé (812,04) e Uarini (48,59 ha).

Ressalta-se que os municípios com maior relevância socioeconômica na RBAC são: a) Manaus (Capital metropolitana e sede do Polo Industrial de Manaus - PIM); b) Coari e Tefé (Produtores de petróleo&gás/óleo); c) Presidente Figueiredo (Produtor mineral e hidrelétrico); d) Iranduba (Polo da indústria ceramista); e, e) Manacapuru (Extrativismo animal e vegetal).

Dentre os municípios mais populosos da RBAC em 2020, com base nos dados do IBGE (2020cd), se destaca Manaus em primeiro lugar, com 2.219.580 habitantes. Em segundo patamar no ranking está Manacapuru com 98.502 pessoas; em terceiro, encontra-se Coari com 85.910 munícipes; em quarto, Tefé com 59.547 habitantes; e, em último, Iranduba, com 49.011 pessoas. Verificam-se apenas cinco municípios amazonenses com situação econômica favorável, possuindo uma população acima de 45.000 habitantes no Estado.

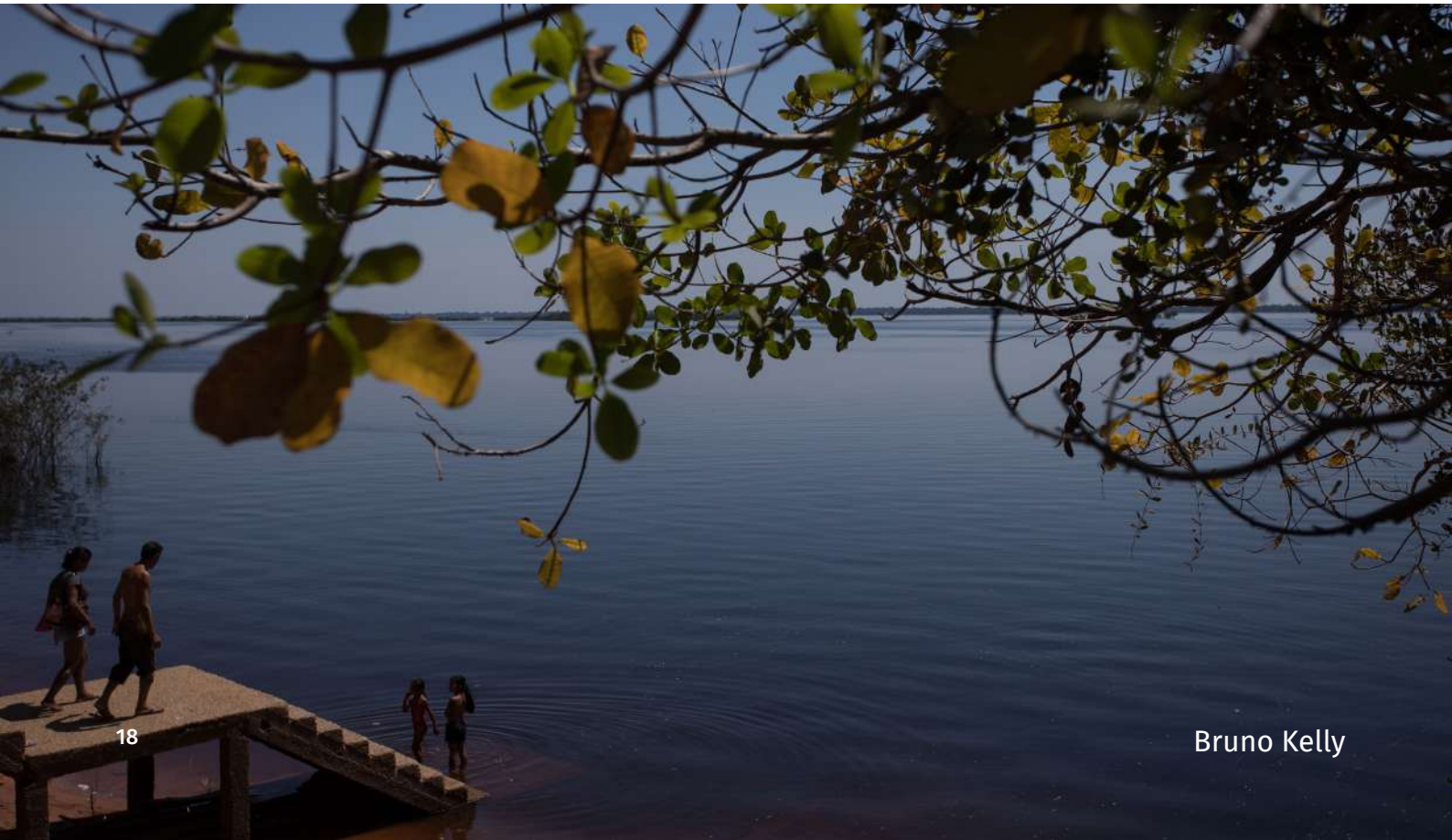
Os maiores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM são encontrados em Manaus (0,74), Presidente Figueiredo (0,65), Itapiranga (0,65) e Tefé (0,64). Na RBAC apenas quatro municípios possuem o IDHM acima de 0,63, refletindo a necessidade da melhoria e aprimoramento no fornecimento de bens e serviços pelo poder público.

Bruno Kelly

3.2 Histórico e Linha do Tempo da RBAC

No Brasil existem 07 (sete) RB tituladas pelo MAB/UNESCO, cujo processo de estabelecimento pode ser dividido em duas fases. Houve a primeira nos anos 90, antes da instituição da Lei Federal n.º 9.985/2000-SNUC, com o reconhecimento da RB da Mata Atlântica - RBMA no território nacional em 1991 com atuais 784.654 km² de extensão. Em 1993 foi reconhecida a RB do Cerrado – RBC com uma extensão de 296.500 km² e no ano de 1994 foi instituída a RB Cinturão Verde/SP – RBCV com 18.262 km². Após 06 anos foi realizada a segunda fase de criação, dentro dos parâmetros da Lei Federal n.º 9.985/2000-SNUC com o estabelecimento da RB do Pantanal - RBP em 2000 tendo 251.570 km². No ano de 2001 foram instituídas duas RB, sendo a RB da Caatinga - RBCA com 198.990 km² e a RBAC, objeto deste PARBAC. Em 2005 foi reconhecida a última RB no Brasil, tratando-se da RB Serra do Espinhaço – RBSE com 30.700 km².

Geopoliticamente na Amazônia Legal existe a presença de três RB, sendo a totalidade da RBAC no Estado do Amazonas, a RBP no Estado do Mato Grosso e parcialmente a RBC nos Estados do Maranhão e Tocantins. Os antecedentes do reconhecimento da RBAC são marcados por um período histórico brasileiro em que houve um amplo processo de construção de agendas ambientais de vanguarda. A implementação da RBAC possui, ao longo de 20 anos, a contribuição técnica, científica, institucional e participante do acúmulo de conhecimentos e experiências oriundas do final da década de 90 (Fig. 03), que originaram um processo de adesão institucional a partir da difusão e empoderamento desse instrumento de gestão para fortalecimento do sistema de áreas protegidas.



Bruno Kelly

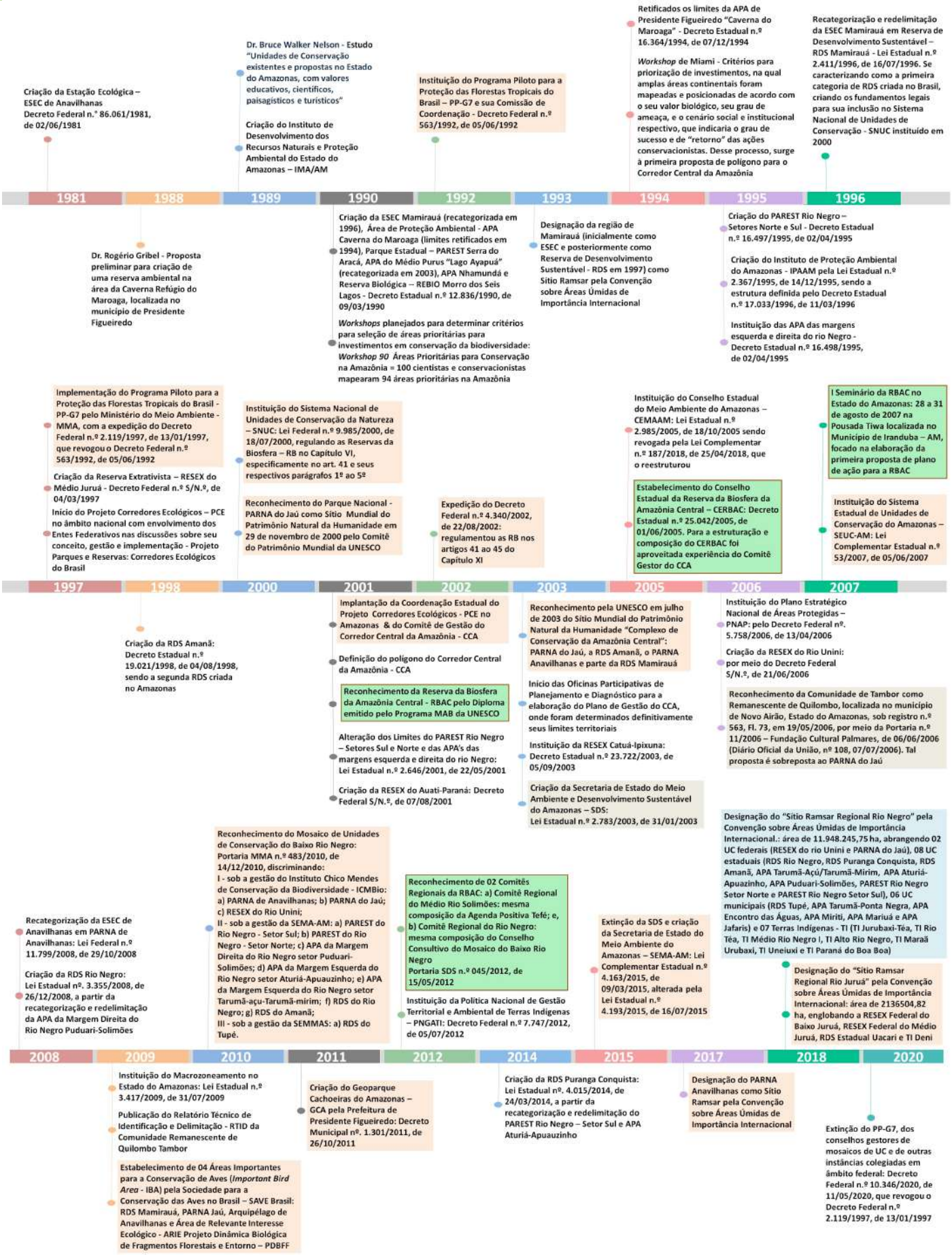


Figura 03 -Linha do Tempo da RBAC. Fonte: Reis (2020).

3.3 Diagnóstico Territorial da RBAC

A RBAC é marcada por um complexo territorial que se comprova extremamente valioso para a sociobiodiversidade. Verificou-se 289 (duzentos e oitenta e nove) Territórios Institucionais cobertos pela RBAC (Quadro 02/Fig. 04, 05 e 06) para fins de gestão territorial compartilhada.

Quadro 02 – Territórios Institucionais na RBAC

Territórios Institucionais	Qtda.	Área total (ha)	Qtda. / Área (ha) na ZN	Qtda. / Área (ha) na ZA	Qtda. / Área (ha) na ZT	Qtda. / Área (ha) Total na RBAC	% da RBAC
Tipologias de Áreas Protegidas - TAP							
UC Federais***	14,00	7.976.645,17	3.648.083,36	1.531.104,95	953.269,90	6.132.458,22	30,92
UC Estaduais***	14,00	6.807.366,53	437.433,21	4.565.920,39	750.442,91	5.753.796,51	29,01
UC Municipais*(***)	10,00	206.482,28	7.866,66	78.316,42	63.801,15	149.984,24	0,76
Terras Indígenas - TI	29,00	6.135.305,24	15.935,30	109.746,74	512.341,12	638.023,16	3,22
Terra de Quilombola - TQ***	1,00	719.880,68	710.628,90	9.251,78	0,00	719.880,68	3,63
Sítio Arqueológico**	86,00	0,00	1,00	25,00	60,00	86,00	0,00
Sítio Espeleológico**	24,00	0,00	3,00	10,00	11,00	24,00	0,00
Total TAP com sobreposição	178,00	21.845.679,90	4.819.947,44	6.294.340,28	2.279.855,09	13.394.142,81	67,52
Sobreposições entre TAP	178,00	865.465,96	727.034,14	86.352,51	52.079,32	865.465,96	4,36
Total TAP sem sobreposição	178,00	20.980.213,94	4.092.913,30	6.207.987,78	2.227.775,77	12.528.676,85	63,16

Instrumentos de Gestão para a Conservação da Biodiversidade - IGCB							
Áreas Prioritárias para Proteção do Patrimônio Espeleológico***	5,00	50.000,00	8.094,00	18.981,65	22.924,35	50.000,00	0,25
Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade – APCB***	76,00	10.308.159,69	219.754,80	834.768,08	3.309.429,96	4.363.952,84	22,00
Corredor Central da Amazônia - CCA***	1,00	51.908.072,84	4.467.734,49	7.669.206,03	7.617.908,87	19.754.849,39	99,59
Mosaico de UC do Baixo Rio Negro***	1,00	7.374.592,39	3.090.371,07	3.379.287,35	768.506,62	7.238.165,05	36,49
Total IGCB com sobreposição	83,00	69.640.824,92	7.785.954,36	11.902.243,12	11.718.769,80	31.406.967,27	158,33
Sobreposição entre IGCB	83,00	17.732.752,08	3.318.219,87	4.233.037,08	4.100.860,93	11.652.117,89	58,74
Total IGCB sem sobreposição	83,00	51.908.072,84	4.467.734,49	7.669.206,03	7.617.908,87	19.754.849,39	99,59
Territórios Especiais - TES							
Assentamentos Rurais - AR***	17,00	550.500,98	15.457,21	148.307,18	104.228,04	267.992,42	1,35
Total TES com Sobreposição com UC Estaduais	17,00	550.500,98	15.457,21	148.307,18	104.228,04	267.992,42	1,35
Sobreposição entre AR e UC Estaduais	7,00	150.508,20	15.270,42	130.552,05	4.685,74	150.508,20	0,76
Total TES sem Sobreposição com UC Estaduais	12,00	399.992,78	186,80	17.755,12	99.542,30	117.484,22	0,59
Territórios com Reconhecimento Internacional da Importância para Conservação da Biodiversidade - TRIICC							
Áreas Importância Internacional para a Conservação das Aves – IBA***	4,00	3.928.245,38	2.475.874,14	1.251.420,29	158.875,20	3.886.169,63	19,59
Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade – SMPNH***	1,00	6.341.154,98	2.613.217,67	3.430.430,42	291.746,85	6.335.394,94	31,94
Sítios Ramsar de Zonas Úmidas de Importância Internacional***	4,00	15.754.941,49	3.106.659,94	4.866.303,70	1.287.168,66	9.260.132,31	46,68
Geoparque Municipal*	1,00	683.327,39	0,00	332.342,32	342.291,06	674.633,38	3,40
Total TRIICC com sobreposição	10,00	26.707.669,23	8.195.751,75	9.880.496,72	2.080.081,78	20.156.330,26	101,61
Sobreposição entre TRIICC	10,00	10.269.400,36	5.089.091,81	4.681.850,70	450.622,06	10.221.564,57	51,53
Total TRIICC sem sobreposição	10,00	16.438.268,87	3.106.659,94	5.198.646,02	1.629.459,73	9.934.765,69	50,08
RBAC	**288,00**	**89.794.943,30**	**4.467.734,49**	**7.704.290,54**	**7.664.447,57**	**19.836.472,60**	**100,00**

UC = Unidades de Conservação / * São 11 UC municipais, porém só se obteve 10 polígonos / ** Quantidade em números / **** Sobreposições Territoriais. Fonte: Elaborado por Reis (2020).

a) 39 Unidades de Conservação – UC na RBAC, sendo 14 UC Federais (30,92%), 14 UC Estaduais (29,01%) e 11 UC Municipais (00,76%);

Quadro 03 - Unidades de Conservação na RBAC

Grupo de UC	Categoria	Nome da UC	Esfera de Gestão	% na RBAC
29 Uso Sustentável	09 Áreas de Proteção Ambiental - APA	APA Tarumã-Açú/Tarumã-Mirim	Estadual	97,11
		APA Aturiá-Apuazinho	Estadual	99,97
		APA Puduari-Solimões	Estadual	100,00
		APA Caverna do Maroaga	Estadual	100,00
		APA Tarumã-Ponta Negra	Municipal	2,27
		APA Adolpho Ducke	Municipal	13,29
		APA Encontro das Águas	Municipal	83,68
		APA Urubuí	Municipal	99,99
		APA Miriti	Municipal	100,00
	03 Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIE	ARIE Javarí-Buriti	Federal	30,92
		ARIE PDBFF	Federal	3,61
		ARIE das Aves	Municipal	100,00
	07 Reservas Extrativistas - RESEX	RESEX do rio Unini	Federal	84,17
		RESEX Auatí-Paraná	Federal	100,00
		RESEX do Baixo rio Juruá	Federal	23,46
		RESEX do Médio rio Juruá	Federal	92,93
		RESEX do rio Jutaí	Federal	18,58
		RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi	Federal	1,17
		RESEX Catuá-Ipixuna	Estadual	32,60
	Floresta Nacional – FLONA (01) e Estadual – FLOREST (01)	FLONA Tefé	Federal	100,00
		FLOREST do Rio Urubu	Estadual	24,80
	08 Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS	RDS Rio Negro	Estadual	100,00
		RDS Puranga Conquista	Estadual	100,00
		RDS Uatumã	Estadual	20,27
		RDS Mamirauá	Estadual	99,57
		RDS Amanã	Estadual	100,00
		RDS Uacari	Estadual	12,15
		RDS do Tupé –	Municipal	99,98
		RDS Peixe-Boi	Municipal	Sem polígono
10 Proteção Integral	Parques Nacionais – PARNA (02), Estaduais – PAREST (02) e Municipais – PNM (03)	PARNA do Jaú	Federal	100,00
		PARNA Anavilhanas	Federal	100,00
		PAREST Rio Negro Setor Norte	Estadual	100,00
		PAREST Rio Negro Setor Sul	Estadual	100,00
		PNM das Orquídeas	Municipal	100,00
		PNM das Cacimbas	Municipal	100,00
		PNM Galo da Serra	Municipal	100,00
	02 Estações Ecológicas - ESEC	ESEC Juami-Japurá	Federal	31,88
		ESEC Jutaí-Solimões	Federal	92,01
	01 Reserva Biológica - REBIO	REBIO Uatumã	Federal	83,69

Fonte: Elaborado por Reis (2020).

b) 29 Terras Indígenas – TI (3,22%) com as etnias localizadas na RBAC

Quadro 04 - Terras Indígenas e Etnias na RBAC

N.º	Código	Denominação da TI	Nome da Etnia	% na RBAC
1	101	Acapuri de Cima	Kokama	99,98
2	5901	Barreira da Missão	Kambeba, Kokama, Kaixana, Miranha, Tikuna e Witoto	100,00
3	52201	Barro Alto	Kokama	4,32
4	6201	Betânia	Tikuna	4,50
5	10701	Cuiu-Cuiu	Miranha	100,00
6	11601	Espírito Santo	Kokama	56,14
7	12001	Estrela da Paz	Tikuna	71,07
8	13001	Fortaleza do Patauá	Apurinã	100,00
9	15801	Igarapé Grande	Kambeba	17,38
10	18701	Jaquiri	Kambeba	99,74
11	19201	Jatuarana	Apurinã	100,00
12	25901	Macarrão	Tikuna	28,17
13	26601	Mapari	Kaixana	98,32
14	27001	Marajaí	Matsés	100,00
15	28901	Méria	Miranha, Karapanã, Mura, Witoto	97,02
16	33101	Paraná do Boá-Boá	Makú (Nadob)	19,31
17	33201	Paraná do Paricá	Kanamari	100,00
18	36801	Porto Praia	Tikuna	100,00
19	53401	Prosperidade	Kokama	49,14
20	38501	Rio Biá	Katukina	0,05
21	53501	Riozinho	Kokama,Tikuna	2,38
22	53601	Santa Cruz da Nova Aliança	Kokama	21,15
23	58201	São Domingos do Jacapari e Estação	Kokama	70,22
24	42001	São Sebastião	Kokama,Kaixana	31,00
25	47201	Tupã-Supé	Tikuna	1,45
26	47701	Uati-Paraná	Tikuna	36,66
27	48102	Uneiuxi*	Tukano, Makú (Nadob), Isolados do Igarapé Natal	0,69
28	48101	Uneiuxi*	Tukano, Makú (Nadob), Isolados do Igarapé Natal	0,95
29	49501	Waimiri-Atroari	Waimiri Atroari	5,01

*Polígonos sobrepostos na base geográfica oficial da FUNAI. Fonte: Elaborado por Reis (2020).

c) 01 Terra de Quilombo - TQ em fase de reconhecimento (3,63%): Comunidade Remanescente de Quilombo do Tambor, sobreposta ao PARNA Jaú;

d) 17 Assentamentos rurais – AR (1,35%): Projeto de Assentamento - PA Canoas – 100%, PA Rio Pardo – 100%, PA Uatumã – 99,99%, Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE Bela Vista II – 15,2%, PAE Cabaliana I – 3,73%, PAE Flora Agrícola – 100%, PAE Ilha do Baixio – 99,99%, PAE Novo Tempo Ilha da Paciência – 99,89%, PAE Novo Tempo Ilha Jacurutu – 78,54%, PAE Novo Tempo Ilha Maria Antônia – 99,90%, PAE Novo Tempo Ilha Muratu – 46,17%, PAE Piranha – 1,99%, Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS Costa do Caldeirão – 100%, PDS Costa do Iranduba – 98,22%, PDS Cueiras/Anavilhanas – 100%, PDS Morena – 100% e PDS Nova Esperança – 100%;

e) 04 Sítios Ramsar de Zonas Úmidas de Importância Internacional (46,68%): Sítio Ramsar da RDS Mamirauá, Sítio Ramsar do PARNA Anavilhanas, Sítio Ramsar Regional Rio Negro e Sítio Ramsar Regional Rio Juruá. Destaca-se que os 04 Sítios Ramsar na RBAC foram reconhecidos em diferentes momentos, a partir da designação: 1.º) em 1993 como Sítio Ramsar da região de Mamirauá (99,57%), inicialmente como ESEC e posteriormente como RDS em 1997; 2.º) do PARNA Anavilhanas em 2017 como Sítio Ramsar (100%), especialmente devido a importância do arquipélago por ele protegido; 3.º) do "Sítio Ramsar Regional Rio Negro" (59,25%) em 2018, englobando uma área de 11.948.245,75 ha, abrangendo 02 UC federais (RESEX do rio Unini e PARNA do Jaú), 08 UC estaduais (RDS Rio Negro, RDS Puranga Conquista, RDS Amanã, APA Tarumã-Açú/Tarumã-Mirim, APA Aturiá-Apuazinho, APA Puduari-Solimões, PAREST Rio Negro Setor Norte e PAREST Rio Negro Setor Sul), 06 UC municipais (RDS Tupé, APA Tarumã-Ponta Negra, APA Encontro das Águas, APA Miriti, APA Mariuá e APA Jafaris) e 07 Terras Indígenas - TI (TI Jurubaxi-Téa, TI Rio Téa, TI Médio Rio Negro I, TI Alto Rio Negro, TI Maraã Urubaxi, TI Uneiuxi e TI Paraná do Boa Boa); e, 4.º) também em 2018, do "Sítio Ramsar Regional Rio Juruá" (24,19%), contemplando uma área de 2136504,82 ha, englobando a RESEX Federal do Baixo Juruá, RESEX Federal do Médio Juruá, RDS Estadual Uacari e TI Deni;

f) 01 Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade denominado "Complexo de Conservação da Amazônia Central" (31,94%), abrangendo o PARNA do Jaú (100%), a RDS de Amanã (100%), o PARNA de Anavilhanas (100%) e RDS de Mamirauá (99,57%);

g) 04 Áreas Importantes para a Conservação das Aves – IBA (19,59%), sendo: RDS Mamirauá (99,59%), PARNA Jaú (100%), Arquipélago de Anavilhanas (99,99%) e ARIE PDBFF (20,6%);

h) 01 Geoparque (3,4%) em fase de planejamento para submissão à UNESCO para seu reconhecimento e ingresso na Rede Global de Geoparques Internacionais. Trata-se do Geoparque Cachoeiras do Amazonas – GCA (98,73%) criado pela Prefeitura de Presidente Figueiredo, por meio do Decreto Municipal nº. 1.301/2011, de 26/10/2011 (Reis, et al., 2020, p. 55);

i) 01 Mosaico de UC reconhecido (36,49%). Trata-se do Mosaico do Baixo Rio Negro pela

Portaria de Reconhecimento MMA n.º 483/2010, de 14/12/2010;

j) 01 Corredor Ecológico regional (99,59%), denominado Corredor Central da Amazônia – CCA, possuindo Plano de Gestão aprovado em 2005 e Plano de Fiscalização;

l) 86 Sítios Arqueológicos na RBAC pertencentes ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA no Centro Nacional de Arqueologia - CNA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, identificados em distintos momentos;

m) 24 Sítios Espeleológicos na RBAC que integram o Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas – CANIE do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas – CECAV/ICMBio, registrados em diferentes períodos;

n) 05 Áreas Prioritárias para a Conservação do Patrimônio Espeleológico (0,25%);

o) 76 Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade (22%) de 2018.

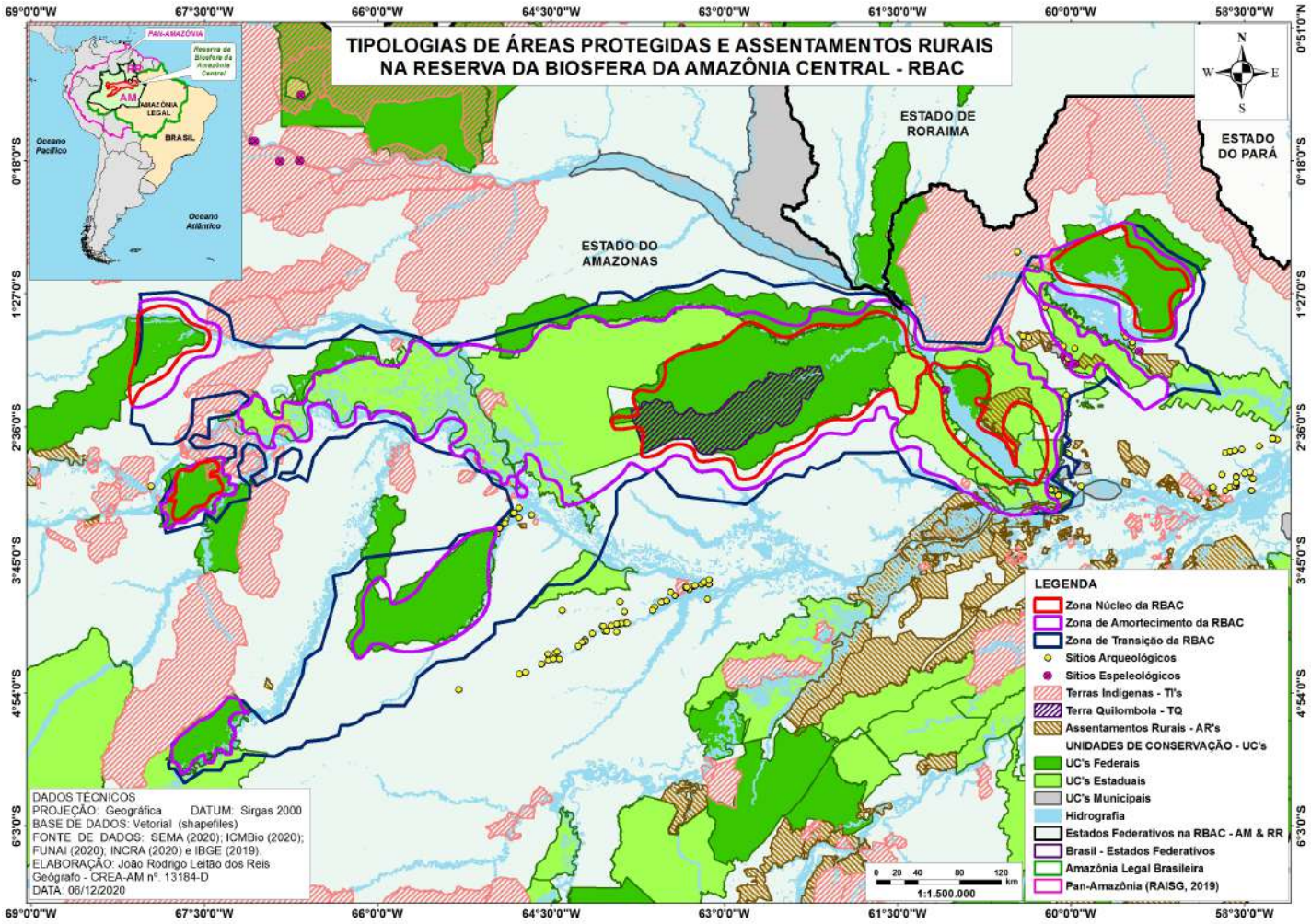


Figura 04 - Tipologias de Áreas Protegidas e Assentamentos Rurais na RBAC. Fonte: Reis (2020).

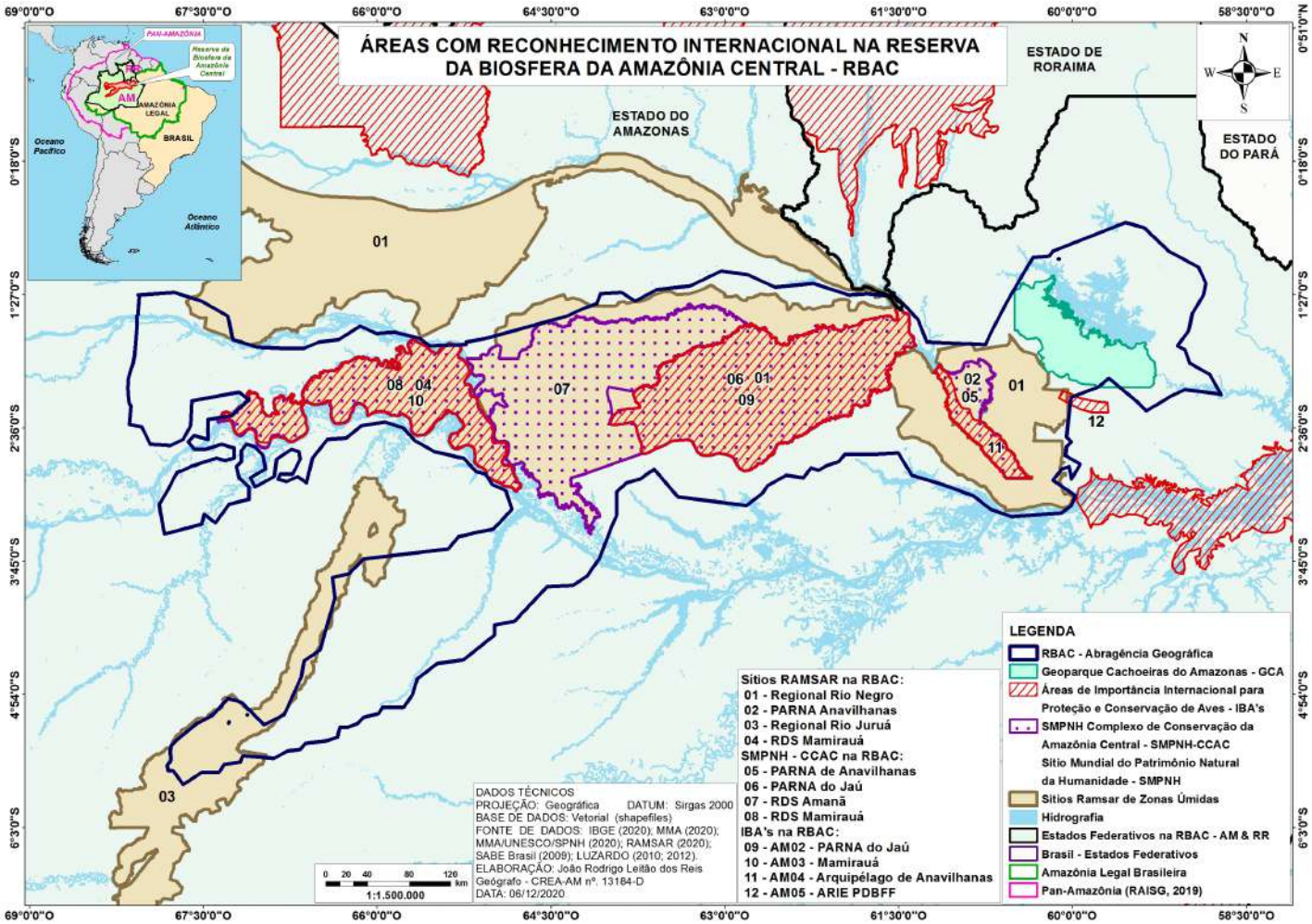


Figura 05 - Áreas com Reconhecimento Internacional na RBAC. Fonte: Reis (2020).

Emile Gomes

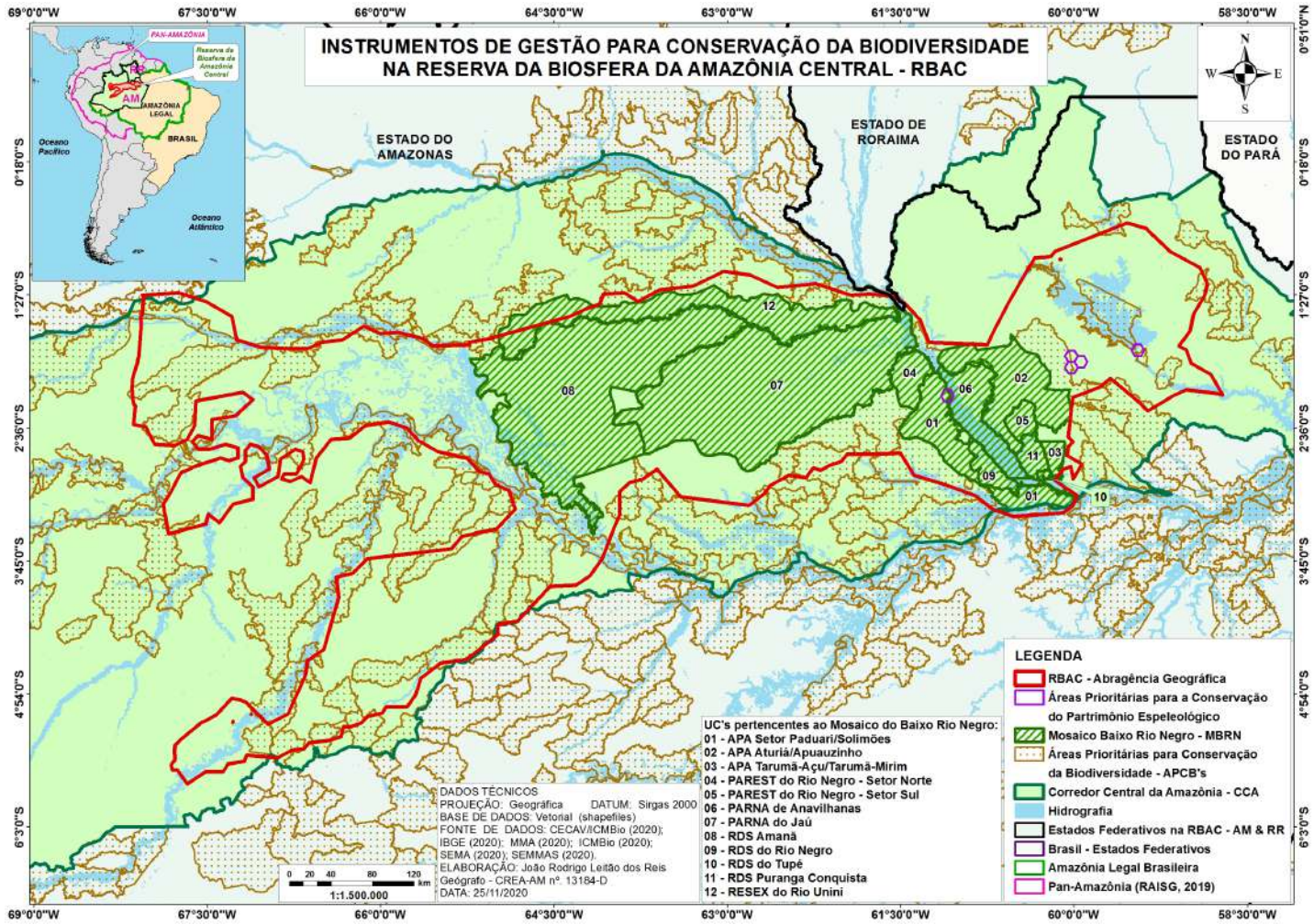


Figura 06 - Instrumentos de Gestão para a Conservação da Biodiversidade. Fonte: Reis (2020).

Verificou-se a relevância das UC Federais (30,92%) e Estaduais (29,01%) como representatividades territoriais da RBAC, por meio das quais o poder público realmente se faz presente na elaboração, constituição e operacionalização de conselhos gestores e planos de gestão, bem como, no fornecimento de bens, serviços, recursos humanos e implantação e manutenção de infraestruturas físicas. Portanto, nas UC estão concentrados os esforços de gestão, sendo estas de fato as principais protagonistas de ações de proteção, vigilância, fiscalização, monitoramento, implementação e consolidação da RBAC. São ao todo 11 UC municipais identificadas, porém não se teve acesso ao polígono de 01 UC municipal.

Detectou-se que territorialmente as UC Municipais (0,76%), AR (1,35%) e as terras indígenas (3,22%) e quilombola (3,63%) possuem uma menor dimensão na RBAC. Os sítios arqueológicos (86) e espeleológicos (24) possuem uma moderada ocorrência na aludida reserva, sendo que a RBAC possui um médio Grau de Potencialidade Espeleológica na ordem de 6,29% de sua dimensão e baixo grau estimado em 33,11%.

Quanto às áreas de reconhecimento internacional para conservação da biodiversidade, os 04 Sítios Ramsar de Zonas Úmidas de Importância Internacional ocupam 46,68% da RBAC. Consequentemente, o Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade – SMPNH "Complexo de Conservação da Amazônia Central" abrange 31,94% da reserva enquanto que 19,59% da RBAC são cobertos por 04 Áreas Importância Internacional para a Conservação das Aves – IBA. Essas titulações internacionais atribuídas pela UNESCO, Convenção RAMSAR e BLI se sobrepõem as RDS's Mamirauá e Amanã e PARNA's Jaú e Anavilhanas, referendando enfaticamente a importância biológica, socioambiental e estratégica dessas UC para o mundo. Há também uma proposta de reconhecimento de Geoparque Internacional que ocupa 3,4% da RBAC.

Constatou-se a existência de sobreposições poligonais entre os Territórios Institucionais: a) UC municipais com UC estaduais: i) APA Caverna do Maroaga sobreposta aos PNM das Orquídeas e Galo da Serra, bem como, à APA Urubuí; ii) APA Paduari-Solimões à APA Miriti e APA Encontro das Águas; RDS Rio Negro à APA Encontro das Águas; iii) APA Tarumã-Acú/Tarumã-Mirim à APA Tarumã-Ponta Negra e RDS do Tupé; e, iv) RDS Puranga Conquista à RDS do Tupé; b) TI e UC Federais e Estaduais; c) a TQ e UC Federal (PARNA do Jaú); d) AR e UC estaduais: i) o PDS Cueiras/Anavilhanas sobreposto a APA Estadual Aturiá-Apuauzinho; ii) o PA Uatumã à APA Caverna do Maroaga; iii) PDS Morena à RDS Uatumã; e, iv) o PDS Nova Esperança, PDS Costa do Caldeirão, PAE Ilha do Baixio e PDS Costa do Iranduba à APA Estadual Paduari-Solimões; e, e) Áreas de reconhecimento internacional entre si e com as UC federais e estaduais, em destaque para as RDS Mamirauá e Amanã e os PARNA do Jaú e de Anavilhanas;

Além disso, também há sobreposição entre instrumentos de gestão. Observa-se o CCA sobre a RBAC, englobando-a integralmente, assim como, o mosaico de UC reconhecido e as áreas prioritárias para proteção espeleológica e para conservação da biodiversidade em relação ao CCA, TI, UC, AR e as áreas com reconhecimento internacional.

A constatação da diversidade de sobreposições de titulações ambientais de reconhecimento internacional referenda e consolida a importância da Amazônia Central, como uma representação geográfica de suma relevância no contexto global de conservação da biodiversidade. Dessa forma, há clareza que para se alcançar a efetividade das atividades conservacionista deve-se ter um esforço unificado de parcerias e agendas entre a UNESCO, Convenção RAMSAR, BLI, MMA, Organizações da Sociedade Civil e Órgãos Gestores das TAP existentes na RBAC.

A RBAC está inclusa por completo no CCA. A delimitação dessa reserva foi fundamentada nas experiências técnicas e estudos do CCA. Já o Mosaico de UC do Baixo Rio Negro contribui com uma área de 36,49%, sendo a primeira experiência exitosa formalmente reconhecida de gestão integrada de áreas protegidas na Amazônia Central.

Foram encontrados dois tipos de áreas prioritárias na RBAC, as primeiras Áreas Prioritárias para Proteção do Patrimônio Espeleológico que correspondem a 0,25% da reserva, e estão sobrepostas as UC e AR. As segundas são as Áreas Prioritárias para a Conservação

da Biodiversidade – APCB, que servem de base referencial técnico-científica para criação de novas UC, representando 22% da RBAC.

Quanto à presença geográfica de Territórios Institucionais entre as Zonas da RBAC, notou-se que a ZN está ocupada em maior proporção por UC Federais (59,49%), TQ (98,71%) e IBA (63,71%). Já a ZA está contemplada por superior quantidade de UC Estaduais (79,35%), UC Municipais (52,22%), AR (55,34%), MBUCRN (46,69%), SMPNH (54,15%) e Sítios Ramsar (52,55%). A composição da ZT é feita em sua maioria por TI (80,3%), SA (60 sítios), SE (11 sítios), Geoparque (50,74%) e Áreas Prioritárias para Proteção de Cavernas (45,85%) e Conservação da Biodiversidade (75,84%).

A gestão da RBAC deve congregar esses dados e informações de forma a estruturar uma Governança Operacional que possibilite a interação e entrosamento entre as organizações públicas, privadas e sociais atuantes no território. Diante disso, cabe se pensar em alternativas de gestão que estejam de acordo com a realidade territorial, econômica e institucional vigente, aliando-se a vanguardas internacionais de valoração de serviços ambientais e segurança climática.

Rodolfo Pongelupe

3.4 Diagnóstico Socioambiental na RBAC

Quanto aos aspectos socioambientais (Quadro 05), constatou-se como principal resultado que cerca de 90% da RBAC está em vegetação florestal (Fig. 07), assim como, o desmatamento varia em torno de 2% do território da reserva. Esse resultado é significativo no contexto da efetividade da política de conservação da biodiversidade, pois comprova a importância e relevância da instituição e manejo de UC e TI. Além disso, a história de implementação de políticas de conservação da biodiversidade, especialmente na Amazônia Central, tem seu resultado mais significativo, indicando as UC como efetivas barreiras contra ações de degradação ambiental de larga escala, graças à sinergia de esforços entre o poder público e sociedade civil.

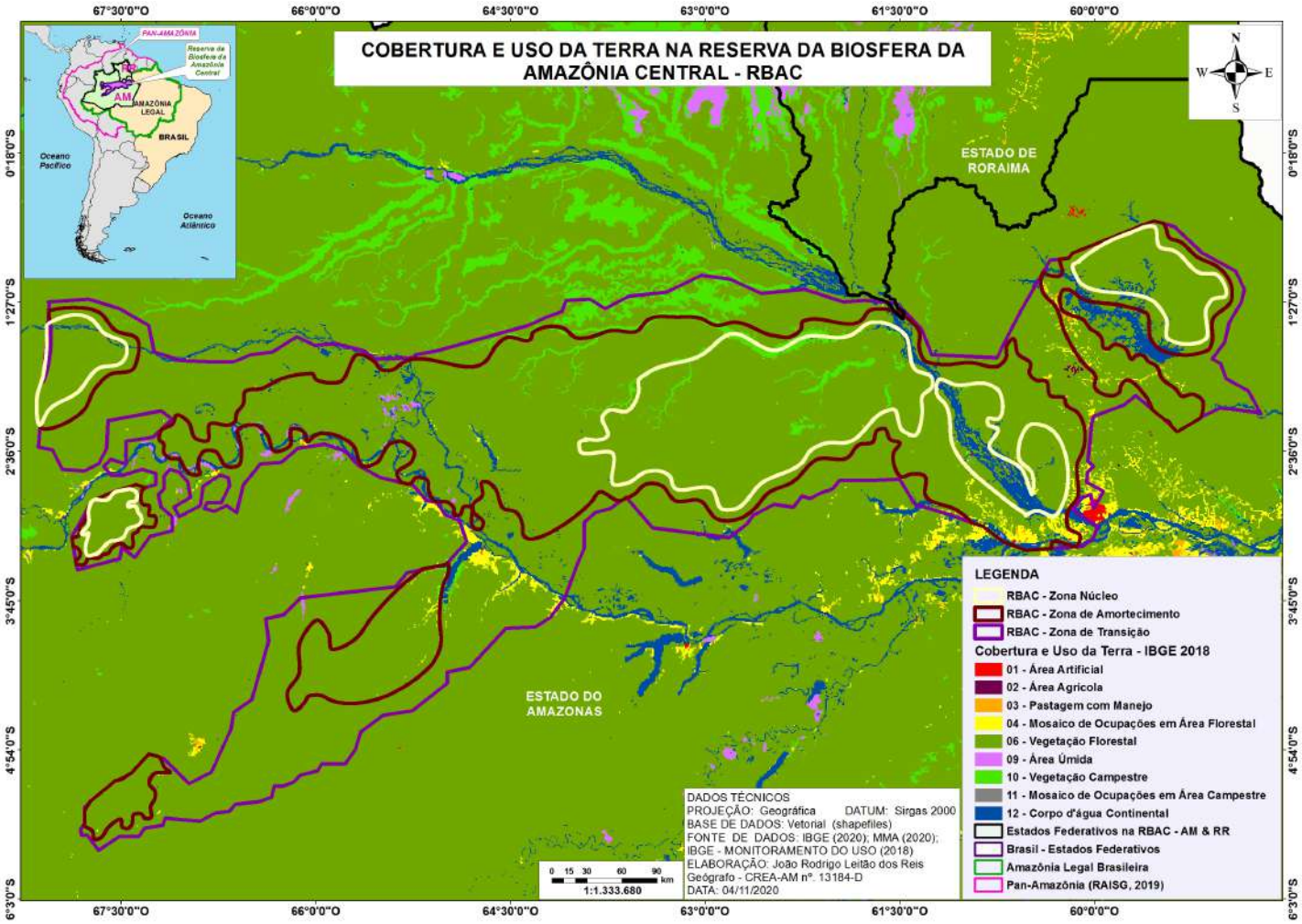


Figura 07 -Cobertura e Uso da Terra na RBAC. Fonte: Elaborado por Reis (2020).

Quadro 05 – Situação Socioambiental da RBAC em 2020

Aspectos Socioambientais	Área (ha) na ZN da RBAC	Área (ha) na ZA da RBAC	Área (ha) na ZT da RBAC	Área (ha) Total na RBAC	% da RBAC
Potencialidade Espeleológica – CECAV, 2020					
Baixo Grau de Potencialidade Espeleológica	1.366.258,38	3.070.836,82	2.130.129,15	6.567.224,35	33,11
Médio Grau de Potencialidade Espeleológica	535.601,03	425.078,05	287.739,52	1.248.418,59	6,29
Ocorrência Improvável de Potencialidade Espeleológica	2.303.415,28	3.844.018,18	4.769.621,02	10.917.054,49	55,04
Desmatamento – PRODES/DETER – INPE, 2020					
PRODES - Acumulado 1988-2007	19.598,70	149.646,93	191.017,63	360.263,26	1,82
PRODES - Incremento 2008-2019	1.638,22	17.807,76	16.060,96	35.506,95	0,18
DETER (2016 - 2020)	2.543,56	5.687,21	6.204,64	14.435,42	0,07
Uso e Ocupação da Terra – IBGE, 2018					
Área Artificial	400,00	1.200,01	4.398,85	5.998,86	0,03
Área Agrícola	0,00	45,52	6.054,71	6.100,24	0,03
Pastagem com Manejo	0,00	10.040,15	1.157,76	11.197,91	0,06
Mosaico de Ocupações em Área Florestal	3.822,33	129.286,91	149.679,16	282.788,41	1,43
Vegetação Florestal	4.093.899,18	7.113.554,89	6.844.495,72	18.051.949,80	91,00
Área Úmida	1.100,01	33.796,65	26.622,99	61.519,64	0,31
Vegetação Campestre	149.905,31	137.307,66	283.640,48	570.853,44	2,88
Mosaico de Ocupações em Área Campestre	1.554,78	1.159,36	745,56	3.459,70	0,02
Corpo d'água Continental	217.052,87	277.899,39	347.652,33	842.604,59	4,25
RBAC - Abrangência Geográfica	**19.836.472,60**				**100,00**

Fonte: Reis (2020).

A partir dos dados do PRODES (Figura 08), o desflorestamento acumulado de 1988 a 2007 na RBAC foram significativos ocupando com degradação florestal aproximadamente 1,82% da reserva, assim como, a adição de 0,18% de desmate calculado pelo incremento do período de 2008 a 2019.

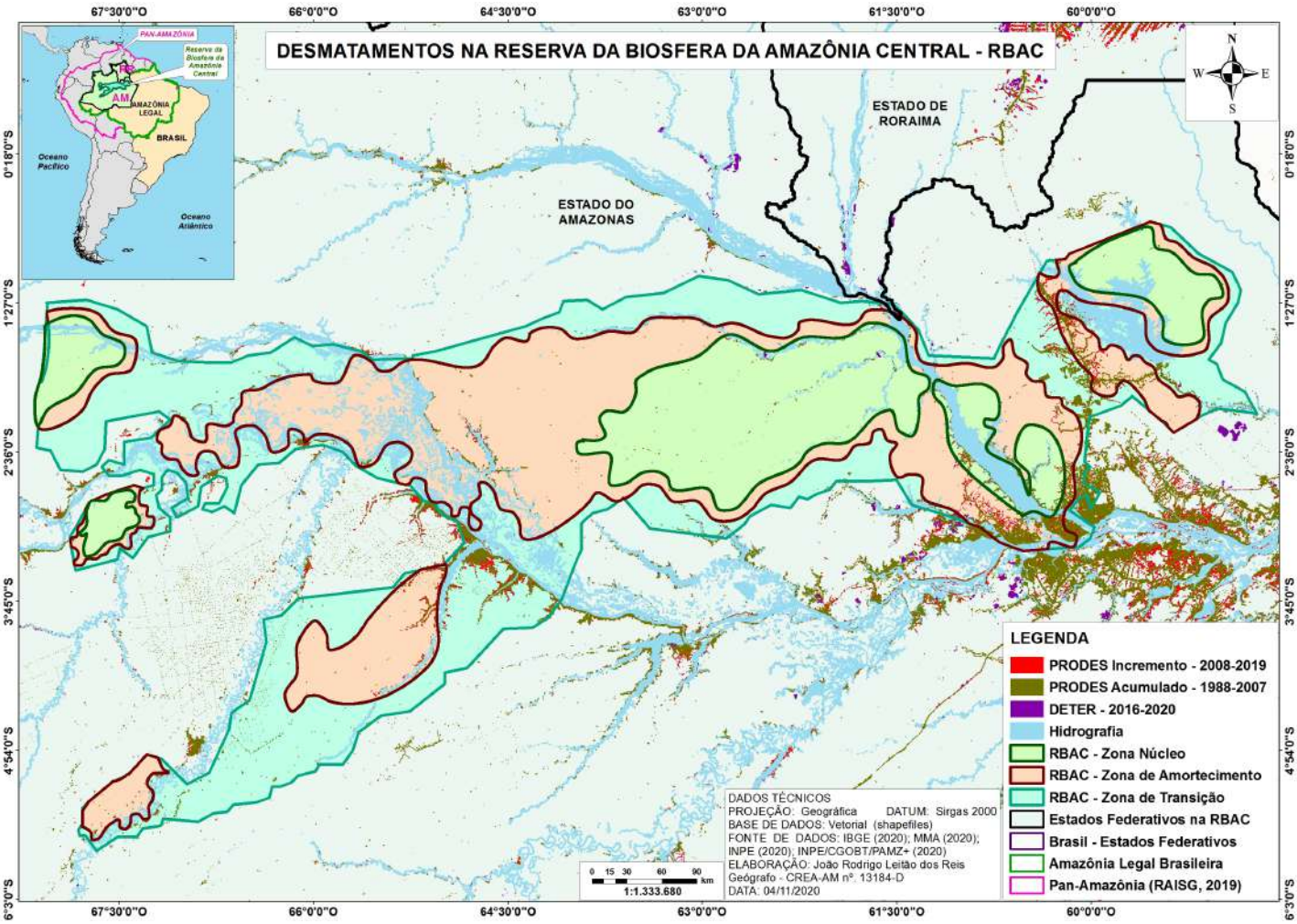


Figura 08 - Desmatamentos na RBAC. Fonte: Elaborado por Reis (2020).

Emile Gomes

Somam-se a isso, os resultados do DETER que no período de 2016 a 2020 apontaram 0,07% de supressão florestal. Além disso, a história de implementação de políticas de conservação da biodiversidade, tem seu resultado mais significativo, indicando as UC como efetivas barreiras contra ações de degradação ambiental de larga escala, graças à sinergia de esforços entre o poder público e sociedade civil.

Destaca-se que ao todo 23 municípios abrangidos pela RBAC possuem 8.837 imóveis inscritos e certificados no Programa do Cadastro Ambiental Rural - CAR perfazendo uma área de 8.938.076,02 ha, equivalentes aproximadamente a 45,06% do território da reserva, divididos em 5,17% está na ZN, 27,74% na ZA e 12,15% na ZT da reserva (Fig. 09). Apenas 08 (oito) municípios não possuem imóveis do CAR dentro da RBAC, sendo eles Amaturá, Careiro da Várzea, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, Tapauá, Urucará e Rorainópolis. Discrimina-se que Barcelos é o município com maior área (15,22%) no CAR na RBAC, porém Manaus é o que possui maior número de imóveis reconhecidos no CAR, equivalente a 2.422 propriedades.

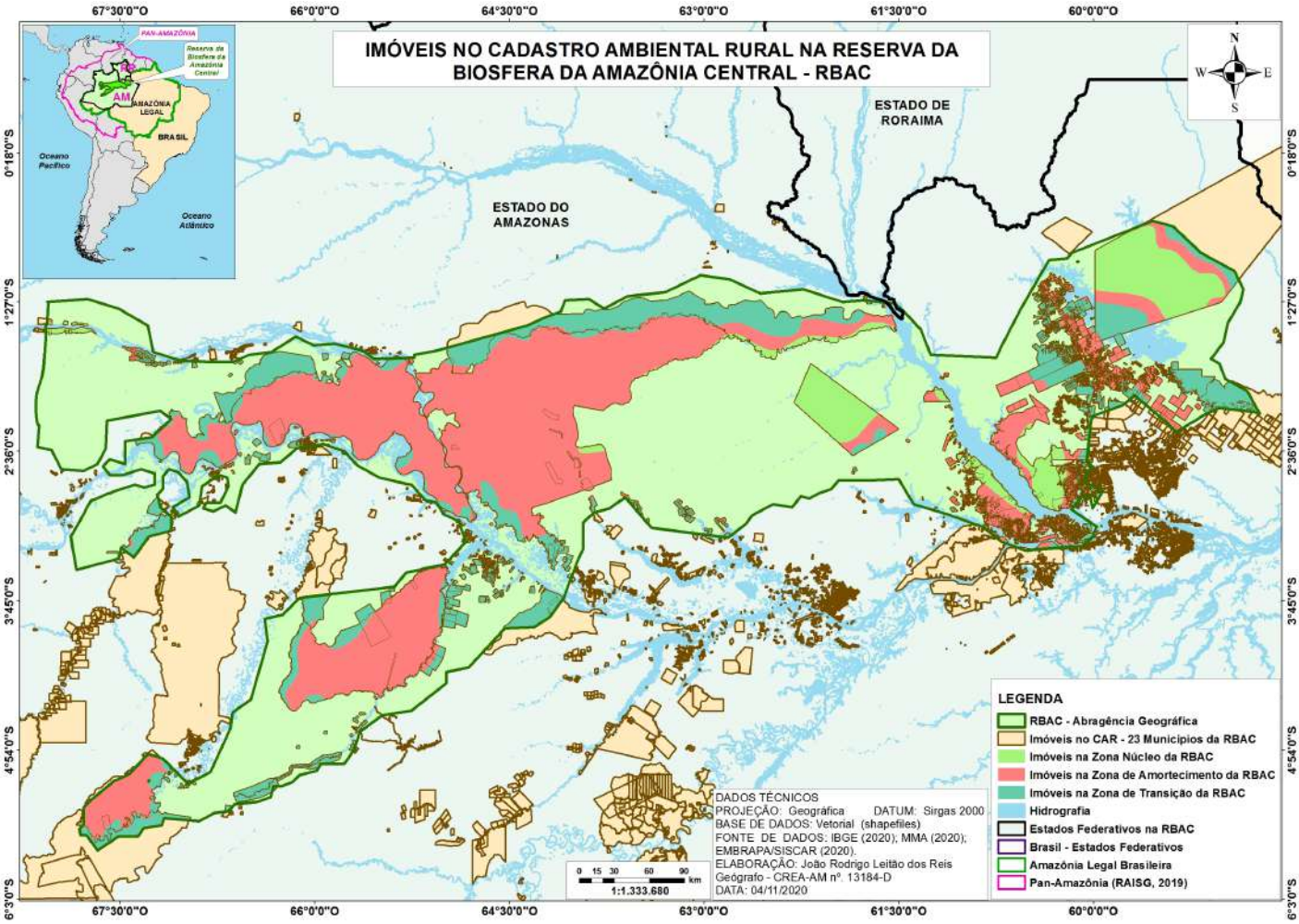


Figura 09 - Imóveis inscritos no CAR por Zonas da RBAC. Fonte: Elaborado por Reis (2020).

Existem como megaempreendimentos na RBAC (Fig. 09), os Gasodutos Araracanga e Coari-Manaus; a Linha de Transmissão de Energia – LT/Linhão de Tucuruí – Lote C (LT 500KV Oriximiná-Silves-Eng. Lechuga, Lote C) e a proposta de implantação do Linhão Manaus-Boa Vista. A Mina do Pitinga (Mineração Taboca); as Usinas Hidrelétricas - UHE de Balbina e Pitinga; as 03 Usinas Termoelétricas a Gás Natural – UTG Manauara, Mauá 3 e Jaraqui; e, os empreendimentos rodoviários AM 070 e BR 174. Dentro da RBAC existem ainda três campos de produção de Petróleo&Gás/Oléo, sendo os Campos Juruá, Araracanga e Arara Azul. Soma-se a isso, 64 poços de exploração Petróleo&Gás/Oléo existentes nos limites da reserva.

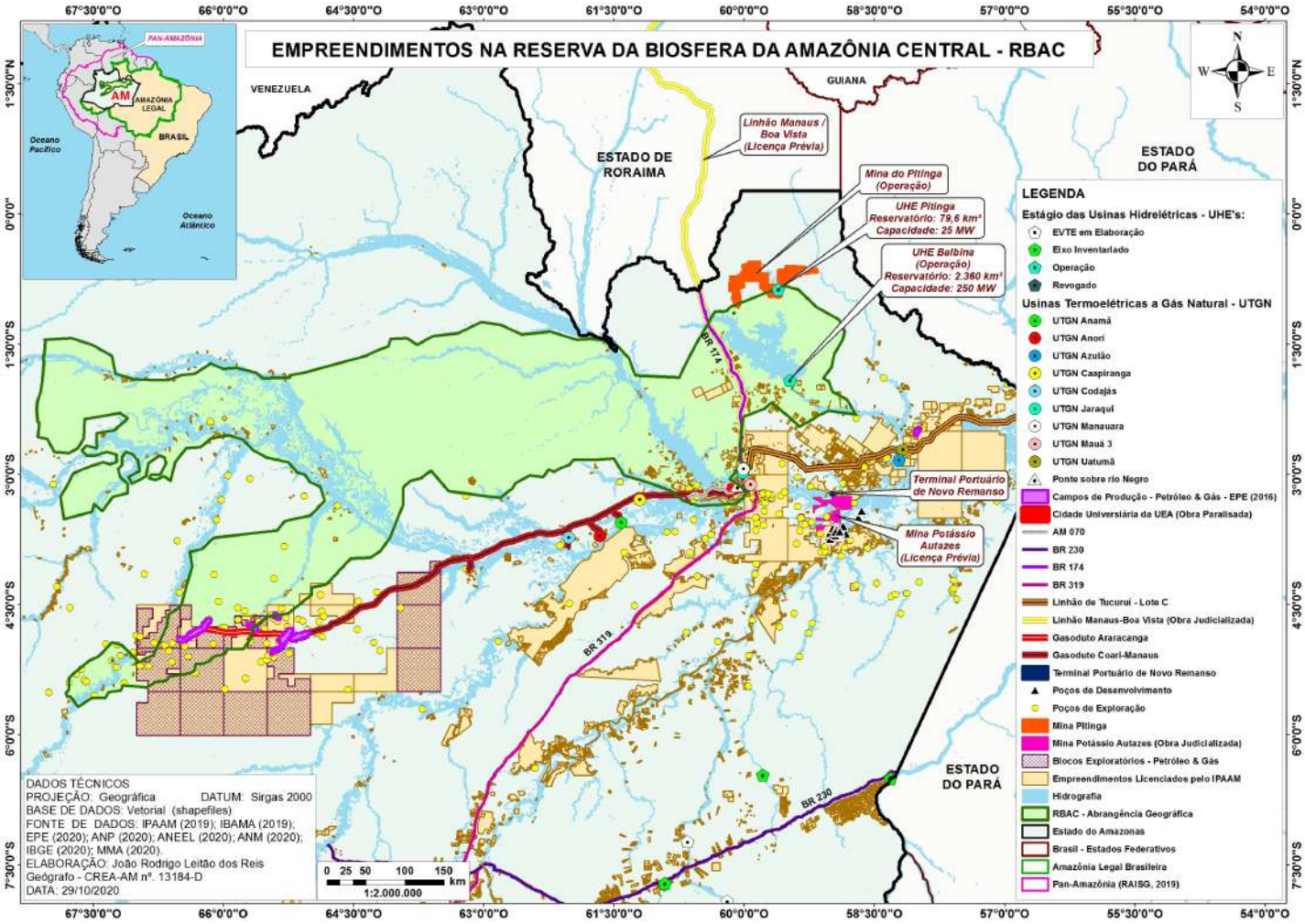


Figura 10 -Empreendimentos na RBAC. Fonte: Elaborado por Reis (2020).

Na RBAC, até agosto de 2015, estavam em distintas fases do licenciamento ambiental pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM aproximadamente 4.618 empreendimentos que cobrem uma área de 5.303.538,21 ha no Estado do Amazonas. Dessa porção territorial de empreendimentos, aponta-se que 2.227.989,5 ha estão na RBAC, equivalente a 42% da reserva. Com base nos dados do IPAAM, foi verificado que os empreendimentos com maior presença na RBAC são os vinculados às atividades e subatividades das indústrias de metalúrgica e mecânica e de extração e tratamento de minerais.

Especifica-se que na Calha do rio Solimões está inserido a indústria de extração, produção e transporte de petróleo e gás natural, com a presença de gasoduto, oleoduto, usinas termoelétricas a gás natural, poços de extração e desenvolvimento, província petrolífera – polo de extração, produção e refinaria.

Cabe ressaltar que a Empresa de Pesquisa Energética - EPE publicou, em 2014, estudo do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário - PEMAT 2022 apresentando a metodologia elaborada internamente para análise de projetos propostos por iniciativa própria ou recebidos via requerimento de Provocação por Terceiros. A versão final do primeiro PEMAT 2022 foi aprovada por intermédio da Portaria MME nº 128/2014, de 26/03/2014. Os estudos que serviram de base, elaborados pela EPE, consideram aspectos técnicos, econômicos e socioambientais de alternativas para construção de gasodutos no país, levando em conta a oferta e a demanda. O PEMAT tem por objetivo identificar as oportunidades de expansão da malha nacional de gasodutos.

Na história de implementação da RBAC, a SEMA-AM atua sob segmentos estratégicos, buscando priorizar a relevância da gestão territorial compartilhada, adaptativa e participante: a) A integração de agendas técnicas para atendimento de objetivos comuns junto à racionalização de recursos financeiros oriundos de programas e projetos financiados com receita pública do erário amazonense e/ou fomentados pelos parceiros governamentais e não governamentais; b) O fornecimento de atividades, bens e serviços públicos nas UC estaduais, cuja sobreposição à RBAC fortalece sua relevância socioambiental na captação de recursos públicos e privados; c) A efetiva operacionalização do CERBAC como uma instância deliberativa autônoma e proativa para a tomada de decisão adequada e compatível com a realidade socioterritorial da RBAC; d) Articulação com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente – SEMMA, órgãos gestores de tipologias de áreas protegidas (FUNAI, IPHAN, ICMBio, CECAV/ICMBio e FCP), organizações da sociedade civil e entidades privadas atuantes no território da RBAC, especialmente no âmbito dos Conselhos Gestores de UC Estaduais.

O financiamento da gestão da RBAC tem sido um desafio para os gestores públicos ambientais no Estado do Amazonas em virtude da: a) ausência de uma rubrica orçamentária de aporte de receitas do erário estadual para o fornecimento de bens e serviços necessários à gestão da RBAC; b) inexistência de equipe multidisciplinar permanente dedicada exclusivamente à gestão da RBAC; c) falta de uma gerência de projetos focada

na captação de financiamentos nacionais e internacionais; d) limitação orçamentária e curta durabilidade temporal dos financiamentos externos, oriundos de articulações e parcerias institucionais nacionais e internacionais; e, e) do ambiente de governança institucional da política de gestão ambiental, conforme a troca ou permanência do chefe do poder executivo no Amazonas.

Neste PARBAC, discrimina-se que os principais programas e projetos correlacionados direta ou indiretamente com a história de implementação da RBAC foram: 1) Projeto Corredores Ecológicos/Corredor Central da Amazônia - PCE/CCA (2002-2014); 2) Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA (2002-até o presente): Em 2020, o ARPA passa a financiar 19 (dezenove) UC na região da RBAC; 3) Projeto Conservacionista apoiado pela Fundação Gordon e Betty Moore (2004-2014); 4) Compensação Ambiental do Gasoduto Coari Manaus (2009-até o presente): contempla 12 (doze) UC estaduais abrangidas pela RBAC; 5) Compensação Ambiental do Linhão de Tucuruí – Lote C (2015-até o presente): contempla a RDS Uatumã; 6) Programa de Compensação Ambiental do Terminal Portuário de Novo Remanso (2020-até o presente): contempla 04 (quatro) UC estaduais inclusas na RBAC; 7) Programa Bolsa Floresta - PBF (2007-até o presente): beneficia famílias moradoras de 08 (oito) UC estaduais da RBAC; 8) Programa de Apoio à Conservação Ambiental: Programa Bolsa Verde – PBV (2011-2017); 9) Programa de Pesquisa e Visita Técnica em UC estaduais na RBAC: contempla 14 (catorze) UC estaduais abrangidas pela RBAC; 10) Programa Estadual de Agentes Ambientais Voluntários na RBAC: beneficia 10 (dez) UC Estaduais e 03 (três) UC Federais; 11) Elaboração, revisão e operacionalização de Planos de Gestão de UC federais, estaduais e municipais; e, 12) Constituição, reestruturação e operacionalização de Conselhos Gestores de UC federais, estaduais e municipais.

A integração dos instrumentos de gestão dos Territórios Institucionais é de suma importância para a consolidação de agendas conjuntas que atendam objetivos de gestão comuns, especialmente no enfrentamento a ilícitos ambientais, prevenção e combate ao desmatamento e queimadas, no licenciamento, mitigação e compensação de empreendimentos, entre outros.

Esses dados e informações revelam que a RBAC se conforma como uma “barreira de proteção legal e institucional da biodiversidade”, tendo como principal eixo de pressão e degradação ambiental (desmatamento, ocupação e empreendimentos) a área coberta pela Região Metropolitana de Manaus – RMM, mesmo com a presença de UC.

3.5. Planejamento da RBAC – Plano de Ação de Lima

Com base nas contribuições técnicas acumuladas e desenvolvidas ao longo do processo de elaboração deste PARBAC, foi gerada a Matriz de Planejamento da RBAC – Plano de Ação de Lima, que consta em anexo. Essas ações foram discutidas, melhoradas e aprovadas em 04 (quatro) reuniões técnicas: a) 3ª Reunião do GT/PARBAC-CERBAC, realizada em 24/11/2020; b) 1ª Reunião Extraordinária do CERBAC – RE/CERBAC, realizada entre os dias 26 e 27/11/2020; c) 4ª Reunião do GT/PARBAC-CERBAC, realizada em 14/12/2020; e, d) 2ª Reunião Extraordinária do CERBAC – RE/CERBAC, realizada em 16/12/2020.

Foram aprovadas 118 ações para o PARBAC (2021-2024) pelo CERBAC devidamente vinculadas as Subáreas das AAE do Plano de Ação de Lima. Frisa-se que as 118 ações do PARBAC deverão ser operacionalizadas no prazo de 04 (quatro) anos (Quadro 06), agregando-se os indicadores de monitoramento para auxiliar as organizações responsáveis no controle social, transparência e prestação de contas do cumprimento das medidas no território da RBAC.

Quadro 06 - Número de Ações aprovadas para o PARBAC (2021-2024)

Área de Ação Estratégica – AAE	Subáreas (Objetivos/Resultados) das AAE	N.º de Ações PARBAC
AAE.A – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera consiste em modelos eficazes para o desenvolvimento sustentável	A1. Reconhecer as Reservas da Biosfera – RB como modelos que contribuem para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e Acordos Multilaterais de Meio Ambiente – AMAB	06
	A2. Seleção, planejamento e implementação aberta e participativa das RB	07
	A3. Integrar as RB, com as legislações pertinentes, nas políticas e/ou programas complementados pelo apoio ao seu funcionamento	07
	A4. Desenvolver pesquisas, criar oportunidades de aprendizagem e formação prática que apoiem a gestão de RB e o desenvolvimento sustentável dentro de RB	05
	A5. Sustentabilidade Financeira das RB	09
	A6. Funcionamento eficaz da Rede Mundial de Reservas da Biosfera – RMRB, com todas RB cumprindo seu Marco Estatutário	04
	A7. Reconhecer as RB como fontes e gestoras dos serviços ecossistêmicos	05
AAE.B – Colaboração e formação de redes inclusivas, dinâmicas e orientadas a resultados	B1. Eficazes gerentes/coordenadores das RB e envolvimento das partes interessadas das RB	08
	B2. Redes regionais e temáticas inclusivas	04
	B3. Redes regionais e temáticas com recursos adequados	05
	B4. Colaboração efetiva em níveis regional e temático	05
	B5. Visibilidade de redes regionais e temáticas e de suas atividades	07
	B.6. Cooperação transnacional e transfronteiriça entre RB	02
	B.7 Rede Interdisciplinar ativa e aberta de cientistas que compartilham visão e missão MAB	03
AAE.C – Parcerias efetivas externas e financiamento suficiente e sustentado	C1. Recursos adequados para o programa MAB e a Rede Mundial de RB	01
	C2. Reconhecer o Programa MAB como um parceiro fundamental no âmbito da UNESCO e com outras organizações e convenções internacionais relevantes	02
	C3. RB e Redes regionais gerando sua própria receita	03
	C4. Reconhecimento do Programa MAB como parceiro-chave pelwo Setor Privado	03
	C5. O reconhecimento de que o Programa MAB contribui para a realização dos objetivos nacionais, programas regionais de financiamento	01
	C6. Empresários e empresas sociais contribuem para atividades das RB	01
	C7. Reconhecimento nacional e internacional das RB	02
	C8. Sinergias reforçadas entre RB	Vinc. ao A.6
AAE.D – Comunicação abrangente, moderna, aberta e transparente, e Compartilhamento de dados e informações	D1. Disponibilidade ampla de documentos, dados, informações e outros materiais do MAB	04
	D2. Aumento de consciência em relação a todos os aspectos do Programa MAB	04
	D3. Amplo engajamento e sensibilização	03
AAE.E – Governança efetiva	E1. Forte apoio dos governos dos Estados-Membros para implementar o programa MAB	-
	E2. Comitês Nacionais MAB têm um conjunto transdisciplinar de membros	03
	E3. Atualizações regulares do progresso dos Estados-Membros e acompanhamento do Plano de Ação	08
	E4. Funcionamento efetivo das redes regionais e temáticas	06
TOTAL DE AÇÕES		**118**

Fonte: Organizado por Reis (2020).

4. Considerações finais

O PARBAC (2021-2024) é um instrumento de planejamento socioambiental construído de forma participante pela UNESCO Brasil, SEMA-AM e CERBAC, sob a égide do Plano de Ação de Lima (2016-2025) do MAB/UNESCO e RMRB, contendo 118 Ações Estratégicas necessárias à estruturação da Governança Operacional da RBAC como "Unidade de Gestão", aliada ao desenvolvimento de agendas compartilhadas entre os diferentes órgãos gestores dos 289 Territórios Institucionais abrangidos pela reserva, assim como, dos demais agentes atuantes na RBAC.

O PARBAC (2021-2024) prevê a elaboração de relatórios de gestão anuais com a realização de eventos técnicos para apresentação dos resultados de sua execução. Nesse sentido, a transparência e a prestação de contas do PARBAC são explicitadas como essenciais para a efetiva execução das 118 ações estratégicas, considerando que o PARBAC tem como diretriz de que a "Gestão da RBAC é adaptativa, resiliente e participante".

Com um gerenciamento participante e transparente, a Governança Operacional e o Sistema de Gestão da RBAC poderão sustentar a implementação das 118 Ações Estratégicas do PARBAC. A realização de parcerias institucionais e o compartilhamento de responsabilidade são essenciais para estruturação da Governança Operacional da RBAC e para a efetiva execução do PARBAC, priorizando-se os órgãos gestores dos 289 Territórios Institucionais, Prefeituras, OSC, movimentos sociais e ambientais, e organizações e/ou empresas financiadoras e/ou doadoras de recursos.

Por fim, a internalização e divulgação da RBAC, no seu território e nas distintas organizações públicas, privadas e sociais atuantes na reserva, propiciarão avanços em direção à (re)valorização de sua "marca – figura geográfica" - como instrumento de gestão territorial compartilhada, propiciando uma base sólida para seu (re)conhecimento e (re)incorporação nos diversificados produtos e serviços desenvolvidos em sua abrangência geográfica.

Emile Gomes

5. Referências bibliográficas

Atkinson, R. & Flint, J. (2001). *Accessing hidden and hard-to-reach populations: snowball research strategies.* Social Research Update (online), United Kingdom, University of Surry, Issue nº. 33. Disponível em: http://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU33.html. Acessado: 08/10/2020.

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo. Edição revista e ampliada.* São Paulo, Edições 70. 279 p.

Bernard, H.R. (2005). *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches.* Lanham, MD. AltaMira Press. 753 p.

Duringan, C. & Fischer, C.. (2008). *Gestão Participativa dos recursos naturais e das áreas protegidas na Reserva da Biosfera da Amazônia Central - Brasil.* In.: Aragón, L.; Clüsener-Godt, M. (org.). Reservas da biosfera na Amazônia II = Reservas de biosfera en la Amazonía II = Biosphere reserves in the Amazon II. Belém: NAEA/UFPA, 139-153 p.

Fidalgo, E.C.C. (2003). *Critérios para a análise de métodos e indicadores ambientais usados na etapa de diagnóstico de planejamentos ambientais.* Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Garcia, M. (2001). *Relatório da Proposta de Nominação Brasileira para a "Reserva da Biosfera da Amazônia Central".* Comissão Brasileira para o Programa MAB/UNESCO. Brasília. 141 p.

Gressler, L.A. (2004). *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.* 2ª edição. São Paulo, Loyola. 295 p.

Marconi, M. de A. & Lakatos, E.M.. (2016). *Fundamentos de Metodologia Científica.* 7ª Ed. São Paulo, Atlas. 297 p.

Minayo, M.C.S. (1995). *O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica.* In: Guareschi, Pedrinho A.; Jovchelovitch, Sandra (Orgs). Textos em representações sociais. 2ª Ed. Petrópolis, Vozes. p. 89-111.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise.* Rio de Janeiro-RJ, Zahar Editores. 291 p.

Santos, R.F. dos. (2004). *Planejamento Ambiental: teoria e prática.* São Paulo: Oficina de Textos, 184 p.

SDS/MMA/GIZ. (2015). Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Ministério do Meio Ambiente e Agência Internacional de Cooperação Alemã. *1.ª Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Amazônia Legal* (2001-2015). Brasília-DF, Brasil, 23 p. Disponível em: https://www.mma.gov.br/images/

arquivo/80252/RelatoriosRB_PT/RELATORIO_RBAC_MMA_PORT_220415.pdf. Acesso: 01/10/2020.

Silva, F. A. Q. (2007). *Relatório do I Seminário da Reserva da Biosfera da Amazônia Central – RBAC – Estado do Amazonas.* Evento realizado entre os dias de 28 a 31 de agosto de 2007 na Pousada Tiwa – Município de Iranduba – AM. Produto produzido em 31 de Agosto de 2007. 15 p.

UNESCO. (2017). Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *A New roadmap for the Man and the Biosphere (MAB) Programme and its World Network of Biosphere Reserves: MAB Strategy (2015-2025), Lima Action Plan (2016-2025) and Lima Declaration.* Book, 55 p. Referenciado de: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247418. Acesso: 13/11/2020.

Vasconcelos, E.M. (2011). C*omplexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa.* 5ª ed. Petrópolis, RJ, Vozes. 344 p.

Vinuto, J. (2014). *A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.* Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. In: http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144/1637. Acesso: 08/10/2020.

Yin, R.K. (2015). *Estudo de Caso: planejamento e métodos.* 5ª ed. Porto Alegre: Bookman. 290 p.

Fontes dos Shapefiles dos Territórios Institucionais e das características ambientais:
- Base Geográfica Básica:

IBGE. (2020a). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Base cartográfica da Área Territorial Brasileira atualizada.* Referenciado de: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e. Acesso: 21/10/2020.

IBGE. (2020b). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Áreas Territoriais Oficiais dos Municípios Brasileiros.* Última atualização no ano de 2019. Referenciado de: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=downloads. Acesso: 21/10/2020.

IBGE. (2020c). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Situação Geográfica do Estado do Amazonas em 2020.* Referenciado de: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html. Acesso: 22/10/2020.

IBGE. (2020d). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. S*ituação Geográfica do Estado de Roraima em 2020.* Referenciado de: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html. Acesso: 22/10/2020.

RAISG. (2020). Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. *Dados Cartográficos – Shapefiles da Pan-Amazônia.* Referenciado de: https://www.amazoniasocioambiental.org/en/maps/#download. Acesso em: 22/10/2020.

- Unidades de Conservação - UC Federais do Amazonas:
ICMBio. (2020). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ba*se Cartográfica das Unidades de Conservação Federais do Brasil – Shapefile.* Atualizados em Junho de 2020 (Arquivo Compacto). Referenciado de: https://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamentos/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados--geoestatisticos-das-uc-s. Acesso: 21/10/2020.

- Unidades de Conservação - UC Estaduais do Amazonas:

SEMA-AM. (2020). Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas. S*hapefiles das Unidades de Conservação – UC Estaduais do Amazonas.* Atualizados em Março de 2020 (Arquivo Compacto). Referenciado de: http://meioambiente.am.gov.br/shapesfile-uc/. Acesso: 21/10/2020.

- Unidades de Conservação - UC Municipais do Amazonas:

SEMA/FOPES. (2020). Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas. *Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas. Shapefiles das Unidades de Conservação – UC Municipais do Amazonas.* Arquivo enviado por e-mail.

- Terras e/ou Territórios Indígenas:

FUNAI. (2020). Fundação Nacional do Índio. *Download de dados geográficos – Shapefile.* Referenciado de: http://www.funai.gov.br/index.php/shape. Acesso: 21/10/2020.

- Assentamentos Rurais e Terras Quilombolas:

INCRA/AR/TQ. (2020). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Acervo Fundiário Brasileiro – banco de dados geográficos de Assentamentos Rurais e Áreas Quilombolas – formato shapefiles.* Referenciado de: http://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py. Acesso: 21/10/2020.

- Sítios Arqueológicos:

IPHAN. (2020). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Sítios Arqueológicos Georreferenciados, Modelo Shapefile e FCA Áreas Prioritárias.* Atualização até Abril de 2018. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA do Centro Nacional de Arqueologia – CNA. Referenciado de: http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1227. Acesso: 21/10/2020.

- Sítios Espeleológicos:

CECAV/ICMBio. (2020a). Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (CANIE). Base de Dados Geoespacializados das Cavernas do Brasil.* Atualizado em 31 de dezembro de 2019. Referenciado de: https://www.icmbio.gov.br/cecav/canie.html. Acesso: 21/10/2020.

CECAV/ICMBio. (2020b). Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Mapa Brasileiro de Potencia-*

lidade de Ocorrência de Cavernas - Shapefiles. Referenciado de: https://www.icmbio.gov.br/cecav/projetos-e-atividades/potencialidade-de-ocorrencia-de-cavernas.html. Acesso: 26/10/2020.

CECAV/ICMBio. (2020c). Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Áreas Prioritárias para a Conservação do Patrimônio Espeleológico - Shapefiles.* Referenciado de: https://www.icmbio.gov.br/cecav/projetos-e-atividades/areas-prioritarias-conservacao.html. Acesso: 26/10/2020.

- Áreas de Importância Internacional para a Conservação de Aves - IBA:

SABE Brasil. (2009). Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil. Shapefiles das *Áreas Importantes para a Conservação das Aves (Important Bird Area – IBA). Programa Áreas Importantes para a Conservação das Aves – IBA's.* Referenciado de: http://savebrasil.org.br/programa-ibas. Acesso: 21/10/2020.

BLI. (2020). BirdLife International. *Sítios de Áreas Importantes para a Conservação das Aves (Important Bird Area – IBA).* Referenciado de: http://datazone.birdlife.org/site/search. Acesso: 13/10/2020.

- Reservas da Biosfera:

UNESCO. (2020a). Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *World Network of Biosphere Reserves. Biosphere Reserves.* Referenciado de: https://en.unesco.org/biosphere/wnbr. Acesso em: 30/09/2020.

MMA/RBs. (2020). Ministério do Meio Ambiente. *Shapefiles das Reserva da Biosfera do Brasil. Instrumentos de Gestão. Áreas Protegidas.* Referenciado de: https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/reserva-da-biosfera e https://drive.google.com/file/d/1117-HTH8bX04UAIq1AVtBo4eU37xDtFP/view. Acesso: 21/10/2020.

UNESCO/BRs (2020a). Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Technical Guidelines for Biosphere Reserves.* Referenciado de: https://en.unesco.org/biosphere/guidelines. Acesso: 23/10/2020.

UNESCO/BRs (2020b). Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *What are Biosphere Reserves?* Referenciado de: https://en.unesco.org/biosphere/about. Acesso: 20/10/2020.

- Sítios Mundiais do Patrimônio Natural da Humanidade:

IUCN. (2020b). *World Heritage. Central Amazon Conservation Complex. 2017 Conservation Outlook Assessment.* Referenciado de: https://worldheritageoutlook.iucn.org/explore-sites/wdpaid/220296. Acesso: 13/10/2020.

MMA/UNESCO/SMPNH. (2020). *Sítios Mundiais do Patrimônio Natural da Humanidade do Brasil.* Referenciado de: https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/s%C3%ADtios-do-patrim%C3%B4nio.html. Acesso: 21/10/2020.

UNESCO. (2020b). Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade denominado "Complexo de Conservação da Amazônia Central" (Central Amazon Conservation Complex).* Referenciado de: http://whc.unesco.org/en/list/998/. Acesso: 05/10/2020.

IUCN/UNEP-WCMC. (2020). *International Union for Conservation of Nature and UN Environment World Conservation Monitoring Centre. Central Amazon Conservation Complex.* August 2002. Revised 7-2003 (incl.Jaú 2000 revised), 4-2005, 12-2008, 5-2010, January 2012. Referenciado de: https://yichuans.github.io/datasheet/output/site/central-amazon-conservation-complex/. Acesso: 13/10/2020.

- Sítios Ramsar de Zonas Úmidas de Importância Internacional

RAMSAR. (2020a). Ramsar Sites Information Service. *Shapefiles do Sítio Ramsar de Zonas Úmidas de Importância Internacional – Sítio Ramsar Regional Rio Negro.* Referenciado de: https://rsis.ramsar.org/ris/2335. Acesso: 21/10/2020.

RAMSAR. (2020b). Ramsar Sites Information Service. *Shapefiles do Sítio Ramsar de Zonas Úmidas de Importância Internacional – Sítio Ramsar Regional Rio Juruá.* Referenciado de: https://rsis.ramsar.org/ris/2362. Acesso: 21/10/2020.

RAMSAR. (2020c). Ramsar Sites Information Service. *Shapefiles do Sítio Ramsar de Zonas Úmidas de Importância Internacional – Sítio Ramsar Parque Nacional – PARNA Anavilhanas.* Referenciado de: https://rsis.ramsar.org/ris/2296. Acesso: 21/10/2020.

RAMSAR. (2020d). Ramsar Sites Information Service. *Shapefiles do Sítio Ramsar de Zonas Úmidas de Importância Internacional – Sítio Ramsar Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Mamirauá.* Referenciado de: https://rsis.ramsar.org/ris/623. Acesso: 21/10/2020.

MMA/RAMSAR. (2020). *Sítios Ramsar do Brasil. Áreas Protegidas. Instrumentos de Gestão.* Referenciado de: https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/s%C3%ADtios-ramsar.html. Acesso: 21/10/2020.

- Geoparques:

Luzardo, R. (2010). *Projeto Geoparques do Brasil: Geoparque cachoeiras do Amazonas – proposta (estudo de criação).* Manaus: CPRM. Referenciado de: www.cprm.gov.br/publique/media/amazonas.pdf. Acesso em: 22/10/2020.

Reis, J., Faria, I., & Fraxe, T. (2020). *Geoconservação e Geoturismo na Amazônia.* Revista Turismo Em Análise, 31(1), 50-76. Referenciado de: https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i1p50-76. Acesso: 22/10/2020.

UNESCO/GEOPARKS. (2020). Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *UNESCO Global Geoparks.* Referenciado de: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/. Acesso: 22/10/2020.

- Corredor Central da Amazônia - CCA

MMA/BDG. (2020). *Ministério do Meio Ambiente.* Download de dados geográficos. Referenciado de: http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm. Acesso: 21/10/2020.
SDS/UCE/UCG-MMA/GTA. (2005). Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. Unidade de Coordenação Estadual do Projeto Corredores Ecológicos. Unidade de Coordenação Geral do Projeto Corredores Ecológicos no Ministério do Meio Ambiente. Grupo de Trabalho Amazônico. Plano de Gestão do Corredor Central da Amazônia – CCA. Manaus/Amazonas, novembro de 2005. 100 p.

Pinheiro, M.R. (2005). *Plano de Fiscalização, Vigilância, Monitoramento e Sensibilização do Corredor Central da Amazônia – CCA.* Equipe do consórcio Gopa, TC/Br e Yara para o Plano de Gestão do CCA. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. Unidade de Coordenação Estadual do Projeto Corredores Ecológicos. Unidade de Coordenação Geral do Projeto Corredores Ecológicos no Ministério do Meio Ambiente. Grupo de Trabalho Amazônico. Manaus, agosto de 2005. 90 p.

INPE. (2020). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Plataforma TerraBrasilis. *Base de Dados Geográficos em Shapefiles do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES) e Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER).* Referendado de: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/en/download-2/. Acesso: 22/10/2020.

- Cobertura e Uso da Terra:

EMBRAPA/SIAGEO Amazônia. (2020). *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Sistema Interativo de Análise Geoespacial da Amazônia Legal - Base de Dados Georreferenciados em Shapefiles da Amazônia.* Referendado de: https://www.amazonia.cnptia.embrapa.br/login.html. Acesso: 22/10/2020.

IBGE. (2018). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra – Edição 2018. Shapefiles da Cobertura e Uso da Terra dos Estados do Amazonas e Roraima.* Referenciado de: https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/cobertura-e-uso-da-terra/15831-cobertura-e-uso-da-terra-do-brasil.html?=&t=downloads. Acesso: 28/10/2020.

- Cadastro Ambiental Rural – CAR:

EMBRAPA/SISCAR. (2020). Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Bando de Dados Geográficos no formato Shapefiles do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SISCAR.* Última atualização dos dados em 18/02/2020. Referenciado de: https://www.car.gov.br/publico/municipios/downloads?sigla=AM. Acesso: 22/10/2020

- Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade – 2ª Atualização Ano 2018:

MMA/APCBB. (2018). Ministério do Meio Ambiente. *Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade Brasileira. Base de dado geográfico – Shapefile das Áreas Prioritárias da Amazônia* – 2ª Atualização em 2018. Referenciado de: http://areasprioritarias.mma.gov.br/2-atualizacao-das-areas-prioritarias. Acesso: 22/10/2020.

- Empreendimentos:

IPAAM. (2019). Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. *Base Geográfica de Megaempreendimentos licenciados e em licenciamento ambiental* – formato shapefile. Obtido por meio de ofício institucional. Ano de 2019.

IPAAM. (2015). Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. *Base Geográfica de empreendimentos licenciados e em licenciamento ambiental* até 27 de agosto de 2015 – formato shapefile. Obtido por meio de ofício institucional. Ano de 2015.

IBAMA (2019). Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Base Geográfica de Empreendimentos licenciados e em licenciamento ambiental* – formato shapefile. Obtido por meio de ofício institucional. Ano de 2019.

EPE (2020). Empresa de Pesquisa Energética. *Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás – 2015-2017 - Shapefile*. Mapa Completo - Arquivo no formato MPK (Map Package). Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/zoneamento-nacional-de-recursos-de-oleo-e-gas-2015-2017. Acesso em: 30/10/2020.

EPE/PIATAM/COPPETEC. (2020a). Empresa de Pesquisa Energética. Instituto de Inteligência Socioambiental Estratégica da Amazônia – PIATAM. Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – COPPETEC. *Estudo Ambiental de Área Sedimentar na Bacia Terrestre do Solimões - Versão Completa*. Relatório SOL-EA-60-600.0010-RE-R0. Responsável Técnico: Carlos Edwar de Carvalho Freitas [Consórcio PIATAM/COPPETEC] Data de Emissão: 21 de agosto de 2020. Referenciado de: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublishingImages/Paginas/Forms/Publicaes/EAAS%20Solim%C3%B5es%20-%20vers%C3%A3o%20completa.pdf. Acesso: 29/10/2020.

6. Anexo : Matriz de Planejamento da RBAC (2021-2024)

6.1 AAE – A: RBAC como modelo de funcionamento eficaz

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
A1. Reconhecer as Reservas da Biosfera - RB como modelos que contribuem para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e os Acordos Multilaterais de Meio Ambiente – AMAB	A1.1. Elaborar o Projeto "Rede RBAC", congregando os órgãos gestores dos 289 Territórios Institucionais abrangidos pela RBAC. Esse projeto servirá para captação de recursos financeiros nacionais e internacionais	SEMA-AM, CERBAC, ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR, FUNAI, BLI e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 05/2021 a 05/2022	Número de Reuniões realizadas e de Protocolos de Intenções celebrados entre os órgãos gestores
	A1.2. Expedir ato administrativo/normativo, referendando no Estado do Amazonas, o reconhecimento da RBAC pela UNESCO em 2001, definindo o quantitativo oficial de área abrangida pela reserva e apresentando o Memorial Descritivo dos limites geográficos da RBAC como um todo e de cada uma das suas respectivas Zonas (ZN - Zona Núcleo, ZA - Zona de Amortecimento e ZT - Zona de Transição) - Vinculado à definição dos novos limites geográficos e zonas da RBAC	SEMA-AM e CERBAC (área técnica e jurídica, mais geoprocessamento), com apoio ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR, FUNAI, BLI e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2021 a 12/2023	Ato administrativo/ normativo expedido
	A1.3. Difundir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS na RBAC, por meio da realização de seminários comunitários e técnicos, com apoio das Prefeituras e Órgãos Gestores de Territórios Institucionais (Gerar um produto síntese sobre os ODS para RBAC e disponibilizá-lo às organizações)	SEMA-AM, CERBAC, Prefeituras, ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR, FUNAI, BLI e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2021 a 12/2024	Relatórios Técnicos contento os resultados dos eventos
	A1.4. Levantar e analisar a natureza das atividades de visita e turismo planejadas, executadas ou em desenvolvimento na RBAC	SEMA-AM, AMAZONASTUR, CERBAC, ICMBio e SEMTUR's	De 10/2021 a 10/2022	Relatório com análise das atividades e quantidade de visitantes e turistas
	A1.5. Mapear e formular parcerias com as iniciativas institucionais de conservação de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção ("espécies bandeiras")	SEMA-AM, UFAM, UEA, IFAM, INPA e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 10/2021 a 10/2022	01 Reunião para apresentação dos resultados do levantamento e Quantidade de parcerias firmadas
	A1.6. Mapear, identificar e espacializar as iniciativas de projetos sustentáveis para a geração de renda ou estruturação de cadeia produtiva de recursos naturais	SEMA-AM, SEDECTI, SEPROR, IDAM e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 05/2021 a 12/2024	Banco de dados com as iniciativas de gestão socioambiental consolidado, com situação de execução e atualização periódica

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	zIndicador de monitoramento
A2. Seleção, planejamento e implementação aberta e participativa das RB	A2.1. Reativar os Comitês Regionais da RBAC, com reconhecimento das iniciativas de colegiados já existentes, sendo ao todo três polos: a) Médio Rio Solimões (Tefé); b) Rio Negro (Mosaico de UC do Baixo Rio Negro); e, c) Baixo Rio Solimões (Manacapuru)	SEMA-AM, CERBAC	de 10/2021 a 05/2022	Decreto e/ou Portarias de estabelecimento dos Comitês. Número e Atas de Reuniões realizadas.
	A2.2. Promover diversidade de representações institucionais e sociais do território da RBAC, tanto no CERBAC quanto nos Comitês Regionais, conforme a geografia da RBAC	SEMA-AM, CERBAC	De 03 a 10/2021	Decreto e/ou Portarias de Reconhecimento
	A2.3. Levantar e diagnosticar as Unidades de Conservação Municipais nos municípios abrangidos pela RBAC para apoio ao mapeamento, inscrição e certificação no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC	SEMA-AM, CERBAC, SEMMA's, FOPES	de 10/2021 a 10/2022	Diagnóstico elaborado e divulgado
	A2.4. Realizar discussão sobre modelos de gestão em Reservas da Biosfera e Mosaicos de Áreas Protegidas, nacional e internacionalmente	SEMA-AM, CERBAC, UFAM, UEA, IFAM, INPA, Universidade Privadas e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2022 a 02/2023	Relatório do evento divulgado no site da RBAC
	A2.5. Articular com os canais de comunicação existentes nas Unidades de Conservação e Terras Indígenas para divulgação da RBAC, interagindo sobre as iniciativas locais de uso sustentável dos recursos naturais	SEMA-AM, FUNAI, INCRA, Gestores de UC federais, estaduais e municipais, e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	de 02/2021 a 12/2024	Número de canais de comunicação reconhecidos
	A2.6. Difundir o desenvolvimento de capacidades sobre a RBAC nas áreas técnicas da SEMA-AM e de outros órgãos (Apresentação do PARBAC), por meio da formulação e/ou participação em reuniões, oficinas, workshop, entre outros eventos	SEMA-AM, ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR, BLI e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2021 a 10/2022	Número de eventos realizados para o desenvolvimento de capacidades sobre a RBAC
	A2.7. (Re)Divulgar e (Re)Apresentar a RBAC a nível local, por meio de reuniões dos conselhos gestores de Unidades de Conservação e oficinas comunitárias específicas, e realização e/ou participação de eventos acadêmicos e científicos	SEMA-AM, CERBAC, ICMBio, UFAM, UEA, IFAM, INPA e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	de 02/2021 a 12/2024	Número de reuniões e oficinas realizadas para divulgação da RBAC

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
A3. Integrar as RB, com as legislações pertinentes, nas políticas e/ou nos programas complementados pelo apoio ao seu funcionamento	A3.1. Articular a inclusão da RBAC, como uma das ações do Plano Plurianual - PPA da SEMA-AM, de forma a garantir recursos públicos	SEMA-AM, CERBAC e SEFAZ-AM	De 02/2021 a 03/2023	Quantidade de reuniões realizadas e documentos institucionais expedidos
	A3.2. Integrar a RBAC nos Programas de Serviços Ambientais da Lei Estadual de Serviços Ambientais (Lei Estadual nº. 4.266/2015, de 01/12/2015)	SEMA-AM, CERBAC e FAMC	De 02/2021 a 12/2024	Número de Reuniões realizadas para inserção da RBAC como objeto de intervenção. Quantidade de Programas de Serviços Ambientais vinculados à RBAC
	A3.3. Articular a RBAC junto ao Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP (Decreto Federal n.º 5.758/2006, de 13/04/2006) e à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Decreto Federal n.º 7.747/2012, de 05/06/2012)	SEMA-AM, CERBAC, MMA, ICMBio, IPHAN, FUNAI, CECAV, SEMMA's, FOPES, COBRAMAB, RNRB e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2021 a 12/2024	Número de Reuniões realizadas com as organizações
	A3.4. Incentivar o apoio das Prefeituras dos municípios abrangidos pela RBAC, criando o Selo "Prefeitura Amiga da RBAC"	SEMA-AM, CERBAC e Prefeituras	De 02/2021 a 12/2024	Número de Prefeituras contempladas pelo Selo
	A3.5. Sensibilizar as Prefeituras Municipais, por meio das Secretarias Municipais de Meio Ambiente - SEMMA's e Fórum Permanente das SEMMA's - FOPES, quanto à importância da RBAC	SEMA-AM, CERBAC e Prefeituras	De 02/2021 a 12/2024	Número de Ofícios enviados
	A3.6. Mapear, levantar e espacializar os projetos governamentais e não governamentais com aplicação de recursos financeiros executados no território da RBAC, com intuito de inserir a RBAC como "marca" nos produtos e serviços resultantes	SEMA-AM, ICMBio, INCRA, FUNAI, UFAM, UEA, INPA, SEPROR, IDAM, BASA, AFEAM, SUFRAMA, SUDAM, FNO, CNAL e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 10/2021 a 10/2022	Banco de dados consolidado, com situação de execução e atualização periódica
	A3.7. Levantar e verificar as ações de criação, implementação e consolidação de Unidades de Conservação financiadas com recursos da compensação do art. 36 da Lei Federal n.º 9.985/2000, tanto federal quanto estadual	SEMA-AM, ICMBio, IBAMA, IPAAM	De 10/2021 a 10/2022	Banco de dados consolidado, com situação de execução e atualização periódica

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
A4. Desenvolver pesquisas, criar oportunidades de aprendizagem e formação prática que apoiem a gestão de RB e o desenvolvimento sustentável dentro de RB	A4.1. Formular e implementar o Programa "Território da RBAC", que congregará as iniciativas de cursos e treinamentos sobre conservação da biodiversidade, tipologias de áreas protegidas, áreas de reconhecimento internacional e gestão da RBAC	SEMA-AM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, BASA, AFEAM, SUFRAMA, SUDAM, FNO, CNAL e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2021 a 12/2024	Número de pessoas atendidas pelo programa
	A4.2. Levantar e analisar a natureza dos projetos de pesquisa acadêmica, técnicos e privados planejados, executados ou em desenvolvimento na RBAC	SEMA-AM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, ICMBio, FUNAI, CNAL, EMBRAPA, BASA, SUFRAMA, AFEAM, SUDAM, FNO, Universidades Privadas e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 10/2021 a 10/2022	Relatório elaborado e divulgado no site da RBAC
	A4.3. Levantar e divulgar a produção acadêmica sobre a RBAC, realizados em forma de livros, capítulos de livros, artigos científicos e relatórios, no site institucional da RBAC	SEMA-AM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, FAPEAM, CNPQ, CAPES, CNAL, EMBRAPA, AFEAM, BASA, SUFRAMA, SUDAM, FNO, CNAL e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 09/2021 a 12/2024	Produção acadêmica e técnica divulgada
	A4.4. Formular o "Programa de Incentivo e Apoio à Pesquisa na RBAC", contendo o detalhamento das medidas de auxílio administrativo e operacional aos pesquisadores, assim como, discriminado as áreas de maior carência na geração de conhecimento, de forma a fortalecer a divulgação da RBAC e atrair cientistas/pesquisadores	SEMA-AM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, CNAL, EMBRAPA, BASA, SUFRAMA, SUDAM, FNO e Universidades Privadas + AFEAM, FAPEAM, CNPQ, CAPES, BASA e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 05/2021 a 10/2022	Programa de Incentivo e Apoio à Pesquisa na RBAC elaborado
	A4.5. Implementar o "Programa de Incentivo e Apoio à Pesquisa na RBAC"	SEMA-AM, UFAM, UEA, IFAM, INPA e Universidades Privadas + FAPEAM, CNPQ, CAPES, CNAL, AFEAM, EMBRAPA, BASA, SUFRAMA, SUDAM, FNO e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 11/2022 a 12/2024	Número de projetos de pesquisa executados e em desenvolvimento

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
A5. Sustentabilidade Financeira das RB	A5.1. Implementar o Projeto "Rede RBAC", com a realização de oficinas de socialização e sensibilização e desenvolvimento dos projetos-piloto de apoio à gestão dos Territórios Institucionais	SEMA-AM, ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR, BLI, CNAL, BASA, AFEAM, SUFRAMA, SUDAM, FNO e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 03/2022 a 12/2024	Número de Oficinas realizadas para socialização do Projeto. Quantitativo de iniciativas financiadas pelo Projeto
	A5.2. Promover a criação de um Grupo de Trabalho para a elaboração e submissão de projetos para captação de recursos financeiros necessários à estruturação da Governança Operacional	SEMA-AM, CERBAC, UNESCO	De 02/2021 a 02/2022	Número de projetos elaborados e submetidos
	A5.3. Buscar fontes de financiamento para apoiar o Projeto "Rede RBAC	SEMA-AM, SEFAZ-AM, FAPEAM, FIEAM, Chefe do Poder Executivo, Fundo Amazônia-MMA, CNAL, AFEAM, BASA, SUFRAMA, SUDAM, FNO, FEMA-AM e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 03/2022 a 12/2024	Banco de dados com as Organizações Públicas financiadoras, com situação de execução e atualização periódica
	A5.4. Submeter Projetos de Financiamento ao Fundo Estadual de Meio Ambiente do Amazonas - FEMA-AM	SEMA-AM, FEMA-AM, CEMAAM e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 03/2022 a 12/2024	Número de Projetos aprovados e executados
	A5.5. Vinculada à Ação A5.9			
	A5.6. Priorizar a destinação e aplicação de recursos de compensação do art. 36 da Lei Federal n.º 9.985/2000-SNUC nas Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais abrangidas pela RBAC	SEMA-AM, CECA-AM, IPAAM, IBAMA, CCAF-IBAMA e ICMBio	De 03/2021 a 12/2024	Número de Plano de Execução de Compensação Ambiental - PECA direcionados às UC federais, estaduais e municipais da RBAC
	A5.7. Priorizar a execução de compensação de reserva legal prevista no Inciso III e § 5º ao 9º do Art. 66 da Lei Federal nº. 12.651/2012 em Unidades de Conservação abrangidas pela RBAC	SEMA-AM e CERBAC	De 03/2021 a 12/2024	Número de Compensações de Reserva Legal realizados na RBAC
	A5.8. Analisar a implementação de certificação ou selo de procedência, ou reconhecimento de indicação geográfica da RBAC, nos produtos e serviços já desenvolvidos ou que possam ser implementados no seu território	SEMA-AM, SEBRAE, IDAM, SEPROR, PGE-AM, EMBRAPA, AFEAM, BASA, SUFRAMA, SUDAM, FNO e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ)	De 10/2021 a 12/2024	Estudo elaborado e divulgado
	A5.9. Consolidar um portfólio de parceiros e doadores nacionais e internacionais para apoiar o financiamento do Projeto "Rede RBAC" - Sistematizar dados sobre os principais doadores e parceiros nacionais e internacionais, assim como, os critérios, prazos e diretrizes para a submissão de propostas de financiamento	SEMA-AM, CERBAC, UNESCO, MMA, CNAL, BASA, SUFRAMA, AFEAM, SUDAM, FNO e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 05/2021 a 12/2024	Banco de dados com as Organizações Privadas ou da Sociedade Civil financiadoras, com situação de execução e atualização periódica

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
A6. Funcionamento eficaz da Rede Mundial de Reservas da Biosfera - RMRB, com todas RB cumprindo seu Marco Estatutário	A6.1. Estruturar a memória institucional da RBAC, com a transparência, divulgação, levantamento e sistematização de documentos técnicos e administrativos, e constituição de página web para a RBAC com a divulgação de seus Territórios Institucionais	SEMA-AM e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 06/2021 a 12/2022	Banco de Dados dos Documentos Administrativos e Técnicos e Página Web operacionalizada
	A6.2. Analisar, criar ou estabelecer mecanismos operacionais para formulação e execução de Projetos na RBAC	SEMA-AM, CERBAC e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 06/2021 a 12/2022	Mecanismo Operacional estabelecido
	A6.3. Consolidar o site institucional do CERBAC com a divulgação de todas as atas de reunião, legislações e demais documentos referentes ao Conselho	SEMA-AM e CERBAC	De 06/2021 a 12/2022	Site do CERBAC consolidado e atualizado
	A6.4. Participar ativamente na Rede Nacional de Reservas da Biosfera do Brasil	SEMA-AM e CERBAC	De 03/2021 a 12/2024	Relatórios Técnicos contento os resultados da participação nas Reuniões
A7. Reconhecer as RB como fontes e gestoras dos serviços ecossistêmicos	A7.1. Levantar e reconhecer as iniciativas de gestão socioambiental realizada pelas organizações da sociedade civil, assim como, pelos povos e comunidades tradicionais e indígenas da RBAC	SEMA-AM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, FUNAI e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 03/2021 a 12/2024	Banco de dados consolidado, com situação de execução e atualização periódica
	A7.2. Mobilizar campanhas de sensibilização e difusão de conhecimento sobre a RBAC e os serviços ecossistêmicos	SEMA-AM, UFAM, UEA, IFAM, INPA e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 03/2021 a 12/2024	Número de campanhas realizadas no território da RBAC
	A7.3. Mapear, reconhecer e divulgar as cadeias produtivas da sociobiodiversidade - negócios verdes na RBAC	SEMA-AM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, CNAL, EMBRAPA, BASA, SUFRAMA, SUDAM, FNO e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 10/2021 a 10/2023	Banco de dados consolidado contendo as Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade da RBAC
	A7.4. Diagnosticar e valorar os serviços ecossistêmicos oferecidos pela RBAC, com o propósito de desenvolver projetos de pagamento por conservação	SEMA-AM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, CNAL, EMBRAPA, BASA, SUFRAMA, SUDAM, FNO e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 10/2021 a 10/2023	Diagnóstico elaborado e divulgado
	A7.5. Desenvolver um Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA para a RBAC, levando em consideração o status de conservação da região de sua abrangência e a urgência no atendimento as necessidade de gestão	SEMA-AM, UFAM, UEA, IFAM, INPA e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 11/2023 a 12/2024	Projeto de Pagamento por Serviço Ambiental desenvolvido para a RBAC

6. 2 AAE – B: RBAC na colaboração e formação de redes

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
B1. Gerentes / Coordenadores eficazes nas RB e envolvimento das partes interessadas das RB	B1.1. Articular e fortalecer a SEMA-AM com a constituição de um Corpo Técnico Efetivo e Atuante (equipe técnica mínima) para implementar o PARBAC	SEMA-AM, CERBAC, UNESCO e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2021 a 02/2023	Equipe de Implementação do PARBAC constituída e divulgada
	B1.2. Redefinir, participativamente, os limites geográficos da RBAC, verificando a possibilidade de ampliação da reserva, assim como, a possível abrangência de outros entes federativos da Amazônia Legal. Efetuar três propostas técnicas a serem aprovadas pelo CERBAC - Vinculado ao Ato Administrativo	SEMA-AM e CERBAC	De 02/2021 a 12/2023	03 Propostas de Redelimitação da RBAC elaboradas, aprovadas e divulgadas
	B1.3. Sensibilizar a internalização da RBAC nas organizações públicas e da sociedade civil de forma a fazer parte integrante no cotidiano da gestão dos Territórios Institucionais abrangidos pela reserva, começando com a exposição da existência da RBAC nas placas de sinalização, demarcação e turísticas, assim como, nos produtos e serviços desenvolvidos	SEMA-AM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR, BLI e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2021 a 12/2024	Quantitativo de documentos enviados
	B1.4. Identificar e credenciar como "Centro Amazônico da Reserva da Biosfera" potenciais organizações que possam apoiar e colaborar com a RBAC - referência regional ou local	SEMA-AM, CERBAC	De 02/2021 a 12/2024	Número de credenciamentos realizados
	B1.5. Construir a Missão e Visão da RBAC de forma conjunta e participante, tendo por base as lições aprendidas em outros projetos	SEMA-AM, CERBAC	De 03/2021 a 03/2022	Número de reuniões realizadas
	B1.6. Potencializar as reuniões de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais para sensibilização e divulgação da RBAC	SEMA-AM, ICMBio, SEMMA's e FOPES	De 02/2021 a 12/2024	Relatórios/atas de reuniões de conselhos de gestores de UC que abordaram a RBAC como tema
	B1.7. Avaliar a capacidade de atrair investimentos com o uso “marca” de uma Reserva da Biosfera	SEMA-AM, CERBAC, UNESCO e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 10/2021 a 10/2022	Relatório elaborado e divulgado
	B1.8. Internalizar a RBAC junto aos gestores de áreas protegidas para viabilizar sua divulgação e reconhecimento, por meio da realização de oficinas de capacitação	SEMA-AM, ICMBio, SEMMA's, FUNAI, FOPES e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ)	De 02/2021 a 12/2024	Relatórios/atas de reuniões de conselhos de gestores que abordaram a RBAC como tema

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
B2. Redes regionais e temáticas inclusivas	B2.1. Promover a elaboração de agendas dos Comitês Regionais da RBAC, atendendo às especificidades de cada região da RBAC	SEMA-AM, CERBAC, Comitês Regionais da RBAC e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2021 a 12/2024	Atas de Reunião elaboradas
	B2.2. Apresentar as diretrizes governamentais e não governamentais para adaptação ao contexto político-institucional e biossanitário durante e pós calamidades públicas e a ocorrência de riscos e desastres socioambientais	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC + SUSAM e SEMSA's, SESAI, FVS, MS-SUS, Defesa Civil, Prefeituras Municipais e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2021 a 12/2024	Documento com as diretrizes para RBAC elaborado, aprovado e divulgado
	B2.3. Promover agendas de educação ambiental voltadas à sensibilização sobre a gestão de resíduos sólidos, segurança alimentar e uso de agrotóxicos, produtos da sociobiodiversidade, adaptação e mitigação às mudanças climáticas, serviços ecossistêmicos, prevenção e combate a desmatamentos e queimadas, pagamento por serviços ambientais e proteção dos recursos hídricos	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC + SEPROR, IDAM, AFEAM e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2021 a 12/2024	Eventos e oficinas realizadas
	B2.4. Identificar, valorizar e divulgar os produtos da sociodiversidade existentes na RBAC	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC - SEPROR, IDAM, AFEAM, CNAL, EMBRAPA, BASA, SUFRAMA, SUDAM, FNO, SEDECTI e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ)	De 02/2021 a 12/2024	Relatório elaborado e divulgado
B3. Redes regionais e temáticas com recursos adequados	B3.1. Estudar/Consultar a criação de Fundo Fiduciário da RBAC	SEMA-AM, CERBAC, PGE-AM, TCE-AM, MPC-AM	De 10/2021 a 10/2022	Fundo Fiduciário da RBAC criado e operacionalizado
	B3.2. Definir critérios para a seleção de instituições e organizações da sociedade civil para operacionalização dos projetos e programas da RBAC	SEMA-AM, CERBAC, PGE-AM, TCE-AM, MPC-AM	De 10/2021 a 10/2022	Edital elaborado, aprovado e divulgado
	B3.3. Garantir participação ativa e efetiva nas reuniões e eventos da Rede Nacional de Reservas da Biosfera do Brasil	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Número de reuniões e relatório de resultados
	B3.4. Ampliar entrosamento institucional com a UNESCO para subsidiar a interlocução com possíveis doadores nacionais e internacionais	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Agenda contínua
	B3.5. Ampliar entrosamento institucional com o MMA e Rede Nacional de Reservas da Biosfera para subsidiar a interlocução com possíveis doadores nacionais e internacionais	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Agenda contínua

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
B4. Colaboração efetiva em níveis regional e temático	B4.1. Promover ações colaborativas na implementação do Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Número de reuniões e relatório de resultados
	B4.2. Acompanhar o processo de redelimitação do Parque Estadual - PE Rio Negro - Setor Norte	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02 a 12/2021	Número de reuniões e relatório de resultados
	B4.3. Promover ações colaborativas na divulgação da Lei de Serviços Ambientais (Lei Estadual nº. 4.266/2015, de 01/12/2015)	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Número de reuniões e relatório de resultados
	B4.4. Acompanhar discussões sobre o Corredor Central da Amazônia -CCA	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Número de reuniões e relatório de resultados
B5. Visibilidade de redes regionais e temáticas e de suas atividades	B5.1. Divulgar ações da RBAC junto às Redes Mundial e Brasileira de RB	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Ações divulgadas
	B5.2. Incentivar a publicação acadêmica (artigos, livros entre outros) no território da RBAC, através da implementação do "Programa de Incentivo e Apoio à Pesquisa na RBAC"	SEMA-AM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR, BLI e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2021 a 12/2024	Número de artigos publicados
	B5.3. Promover o Encontro "Gestores e Parceiros de Territórios Institucionais da RBAC"	SEMA-AM, CERBAC, ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR, BLI e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2022 a 12/2024	Relatório de resultados
	B5.4. Promover o Seminário "Saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais da RBAC"	SEMA-AM, CERBAC, ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR, BLI e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2022 a 12/2024	Relatório de resultados
	B5.5. Promover oficinas sobre Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimadas na RBAC	SEMA-AM, CERBAC, ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR, BLI e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 07/2021 a 12/2024	Relatório de resultados
	B5.6. Incentivar as organizações a dar visibilidade à RBAC durante suas respectivas capacitações técnicas	SEMA-AM, CERBAC, Órgãos responsáveis por esses territórios	De 07/2021 a 12/2024	Relatório de resultados

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
B.6. Cooperação transnacional e transfronteiriças entre RB	B6.1. Apoiar a promoção do 1ª Simpósio de Reservas da Biosfera da Pan-Amazônia (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela)	SEMA-AM, FAPEAM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras), ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO e Organizações da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela	De 02/2022 a 12/2024	Relatório de resultados do evento
	B6.2. Promover ações colaborativas para o compartilhamento de experiências e aprendizados na gestão das Reservas da Biosfera da Pan-Amazônia	SEMA-AM, FAPEAM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras), ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO e Organizações do Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela	De 02/2022 a 12/2024	Relatório de resultados do evento
B.7 Rede Interdisciplinar ativa e aberta de cientistas que compartilham visão e missão MAB	B7.1. Criar a Rede "Ciência na RBAC" no âmbito do "Programa de Incentivo e Apoio à Pesquisa na RBAC", que congregará as pesquisas e estudos realizados na RBAC	SEMA-AM, FAPEAM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras), ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR e BLI	De 02/2022 a 12/2024	Número de Pesquisadores ingressos na Rede / Lista de Contatos
	B7.2.Apoiar a elaboração de Livro ou Séries Técnicas sobre as experiências de gestão dos territórios Institucionais abrangidos na RBAC	SEMA-AM, FAPEAM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras), ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR e BLI	De 02/2022 a 12/2024	Livro ou Série Técnica publicados e disponíveis na web gratuitamente
	B7.3. Promover a elaboração de Livro ou Séries Técnicas sobre os resultados das pesquisas acadêmicas e científicas realizadas na RBAC	SEMA-AM, FAPEAM, UFAM, UEA, IFAM, INPA, OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras), ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR e BLI	De 02/2022 a 12/2024	Livro ou Série Técnica publicados e disponíveis na web gratuitamente

6.3 AAE – C: RBAC com parcerias efetivas e financiamento

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
C1. Recursos adequados para o programa MAB e a Rede Mundial de RB	C1.1. Apoiar a UNESCO, MMA e Rede Nacional de Reservas da Biosfera do Brasil na busca por doadores e financiadores, por meio de moções de apoio e na elaboração de propostas técnicas	SEMA-AM, CERBAC, Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Número de Moções de Apoios e Propostas técnicas apresentados
C2. Reconhecer o Programa MAB como um parceiro fundamental no âmbito da UNESCO e com outras organizações e convenções internacionais relevantes	C2.1. Articular institucionalmente a RBAC com a gestão de outras áreas de reconhecimento internacional, como o Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade "Complexo de Conservação da Amazônia Central" (PARNA do Jaú, a RDS de Amanã, o PARNA de Anavilhanas e RDS de Mamirauá); 04 (quatro) Sítios Ramsar de Zonas Úmidas de Importância Internacional (Sítio Ramsar da RDS Mamirauá, Sítio Ramsar do PARNA Anavilhanas, Sítio Ramsar Regional Rio Negro e Sítio Ramsar Regional Rio Juruá); 04 (quatro) Áreas Importantes para a Conservação das Aves – IBA (RDS Mamirauá, PARNA Jaú, Arquipélago de Anavilhanas e ARIE PDBFF) e Geoparque Cachoeiras do Amazonas – GCA	SEMA-AM, CERBAC, UNESCO, Convenção RAMSAR, BLI e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2021 a 12/2024	Atas de Reuniões e/ou número de projetos conjuntos
	C2.2. Incentivar a elaboração de projetos integrados e conjuntos de apoio à gestão, considerando a relevante sobreposição territorial entre a RBAC e as outras áreas de reconhecimento internacional	SEMA-AM, CERBAC, UNESCO e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2021 a 12/2024	Número de projetos conjuntos elaborados
C3. RB e Redes regionais gerando sua própria receita	C3.1. Estruturar o Projeto "Rede RBAC", como um projeto "guarda-chuva"	SEMA-AM, ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, AFEAM, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, BASA, SUFRAMA, SUDAM, FNO, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR e BLI	De 03/2022 a 12/2024	Número de Oficinas realizadas para socialização do Projeto. Quantitativo de iniciativas financiadas pelo Projeto
	C3.2. Apoiar a implementação do Decreto Estadual de Uso Público em UC estaduais do Amazonas, especificamente na cobrança de ingresso, e pagamento pelo uso da imagem e realização de eventos	SEMA-AM, CERBAC, Comitês Regionais da RBAC e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 03/2022 a 12/2024	Número de reuniões realizadas
	C3.3. Divulgar projetos vinculados aos produtos da sociobiodiversidade	SEMA-AM, SEPROR, IDAM, INCRA CNAL, AFEAM, EMBRAPA, BASA, SUFRAMA, SUDAM, FNO e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 03/2022 a 12/2024	Número de projetos conjuntos divulgados
	B1.7. Avaliar a capacidade de atrair investimentos com o uso "marca" de uma Reserva da Biosfera	SEMA-AM, CERBAC, UNESCO e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 10/2021 a 10/2022	Relatório elaborado e divulgado

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
C4. Reconhecimento do Programa MAB como parceiro-chave pelo Setor Privado	C4.1. Estudar e identificar os empreendimentos de pequeno, médio e grande porte localizados na RBAC e as compensações socioambientais por eles geradas	SEMA-AM, IPAAM, IBAMA, ICMBio e MMA	De 10/2021 a 10/2022	Estudo elaborado e divulgado no site da RBAC
	C4.2. Verificar as empresas do Polo Industrial de Manaus - PIM aptas a apoiar iniciativas de responsabilidade socioambiental através do financiamento de projetos da RBAC	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 10/2021 a 12/2024	Banco de Dados criado e atualizado periodicamente
	C4.3. Criar Prêmio "Empresa Amiga da REBAC", para reconhecer os empresários que apoiam e financiam projetos da RBAC	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 10/2021 a 12/2024	Prêmio criado
C5. O reconhecimento de que o Programa MAB contribui para a realização dos objetivos nacionais, programas regionais de financiamento	C5.1. Apoiar as iniciativas do Programa MAB/UNESCO e do MMA na realização de ações em prol da atração de investimento para as RB	SEMA-AM, CERBAC, COBRAMAB	De 03/2022 a 12/2024	Número de Moções de Apoio expedidas
C6. Empresários e empresas sociais contribuem para atividades das RB	C6.1. Criar um portfólio de Projetos da RBAC disponível na web para avaliação de apoio pelos empresários - necessidades de apoio e parceria	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 10/2021 a 12/2024	Portfólio de Projetos criado
C7. Reconhecimento nacional e internacional das RB	C7.1. Participar dos encontros nacionais e internacionais sobre as Reservas da Biosfera	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 03/2021 a 01/2022	Número de encontros realizados
	C7.2. Interagir com Projetos Apoiados pela UNESCO e demais parceiros internacionais	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 03/2021 a 01/2022	Número de reuniões realizadas
C8. Sinergias reforçadas entre RB	Vinculado ao A.6 da AAE.A			

6. 4 AAE – D: RBAC em comunicação

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
D1. Disponibilidade ampla de documentos, dados, informações e outros materiais do MAB	D1.1. Construir e manter a página web da RBAC, com a divulgação de dados, informações e ações socioambientais. Também deverão ser divulgados os Territórios Institucionais existentes, bem como, publicações científicas e acadêmicas, mapas, relatórios, estudos, artigos, livros, planos e base cartográfica em shapefile	SEMA-AM, PRODAM	De 10/2021 a 12/2024	Página web da RBAC construída e divulgada
	D1.2. Estruturar a página Web do CERBAC no site da SEMA-AM, com a sistematização de dados e informações sobre o Conselho. Também deverão ser divulgadas a legislação e as atas, relatórios e demais registros de eventos	SEMA-AM, PRODAM	De 10/2021 a 12/2024	Página web da CERBAC estruturada e divulgada
	D1.3. Atualizar, a cada 03 (três) meses, as páginas web da RBAC e do CERBAC	SEMA-AM, PRODAM	De 10/2021 a 12/2024	Páginas web atualizadas
	D1.4. Criar e manter o sistema de transparência da execução do PARBAC, com a apresentação de relatórios de cumprimento e situação de execução	SEMA-AM, PRODAM	De 10/2021 a 12/2024	Sistema de transparência do PARBAC criado e atualizado
D2. Aumento de consciência em relação a todos os aspectos do Programa MAB	D2.1. Priorizar os principais temas para abordagem estratégica na RBAC para a produção de mídias de educação e sensibilização ambiental	SEMA-AM, IDAM, SEPROR, FUNAI, ICMBio, UFAM, UEA, IFAM e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2022 a 12/2024	Número de mídias de educação e sensibilização ambiental produzidas sobre a RBAC
	D2.2. Produzir mídias explicativas sobre cada um dos Territórios Institucionais abrangidos pela RBAC	SEMA-AM, ICMBio, SEMMA's, FOPES, IPHAN, CECAV, INCRA, FUNAI, FCP, MMA, UNESCO, Convenção RAMSAR, BLI e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ entre outras)	De 02/2022 a 12/2024	Mídias impressas e inseridas para download no site da RBAC
	D2.3. Promover campanhas digitais sobre a RBAC	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2022 a 12/2024	Registro da campanha digital da RBAC nas mídias e redes sociais
	D2.4. Produzir vídeo de divulgação sobre a relevância da RBAC para a conservação da biodiversidade para divulgação nas mídias/redes sociais com apoio dos parceiros da RBAC	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2022 a 12/2024	Vídeo elaborado e divulgado nas mídias e redes sociais
D3. Amplo engajamento e sensibilização	D3.1. Fortalecer a identidade visual da RBAC com a criação: a) logomarca; e, b) selo de sustentabilidade, com normas e diretrizes de uso	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 05/2021 a 05/2024	Logomarca e selo criados e divulgados
	D3.2. Articular com as mídias locais e municipais a divulgação da RBAC	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2022 a 12/2024	Número de campanhas vinculadas ao rádio e à tv
	D3.3. Elaborar e imprimir produtos de divulgação da RBAC	FAS e SEMA-AM	De 02/2021 a 12/2024	Produtos de divulgação impressos e distribuídos (2000 folderes, 2000 cartazes, 25 Banneres, 300 faixas, 2000 mapas estilizados, 50.000 Cartilhas do PARBAC)

6.5 AAE – E: RBAC com governança efetiva

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
E1. Forte apoio dos Estados--Membros para implementar o programa MAB dos governos	Esta Subárea está fora do escopo da RBAC			
E2. Comitês Nacionais MAB têm um conjunto transdisciplinar de membros	E2.1. Assegurar a representatividade da Amazônia no COBRAMAB, de forma a propiciar a participação de representantes da RBAC que atenda a gêneros, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, afrodescendentes e juventude	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Número de Reuniões com representantes da RBAC no COBRAMAB
	E2.2. Fortalecer a inserção de propostas regionais na pauta de reunião do COBRAMAB	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Quantidade de propostas regionais no COBRAMAB
	E2.3. Estimular a realização de reuniões do COBRAMAB de forma regionalizada	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Número de Reuniões do COBRAMAB na Amazônia
E3. Atualizações regulares do progresso dos Estados-Membros e acompanhamento do Plano de Ação	E3.1. Elaborar relatórios anuais da implementação do PARBAC	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Relatório de Acompanhamento elaborados e divulgados
	E3.2. Avaliar os resultados da operacionalização do PARBAC, com a realização de um workshop anual	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Relatórios dos Resultados do Workshop do PARBAC
	E3.3. Alinhar as ações do PARBAC aos Planos dos Territórios Institucionais existentes na RBAC	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Atas das reuniões com os Gestores dos Territórios
	E3.4. Incentivar a criação de Unidades de Conservação e a homologação de Terras Indígenas e Quilombolas, e outras áreas protegidas e/ou conservadas	SEMA-AM, CERBAC, Comitês Regionais da RBAC e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ)	De 02/2021 a 12/2024	Moções de Apoio expedidas pelo CERBAC
	E3.5. Reconhecer os Conselhos de Unidades de Conservação e Conselhos Municipais de Meio Ambiente como espaços de sensibilização, divulgação e fortalecimento da RBAC	SEMA-AM, CERBAC, Comitês Regionais da RBAC e OSC (WWF, FAS, WCS, IDESAM, IDSM, FVA, IPÊ)	De 02/2021 a 12/2024	Moções de Apoio expedidas pelo CERBAC
	E3.6. Incentivar a implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas na RBAC	SEMA-AM, CERBAC, FUNAI, MMA e OSC	De 02/2021 a 12/2024	Quantidade de Planos incentivados
	E3.7. Incentivar a implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos - PERS	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Moções de Apoio expedidas pelo CERBAC
	E3.8. Incentivar a implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Moções de Apoio expedidas pelo CERBAC

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo (mês/ano)	Indicador de monitoramento
E4. Funcionamento efetivo das redes regionais e temáticas	E4.1. Divulgar os resultados de implementação do PARBAC em um Relatório de Gestão específico, contendo a transparência e prestação de contas	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Relatórios de Gestão divulgados
	E4.2. Fortalecer a Rede de Pesquisadores da RBAC (articulações e contatos estabelecidos)	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Relatório de envolvimento dos pesquisadores contendo as pesquisas executadas
	E4.3. Fortalecer a Rede dos Órgãos Gestores de Territórios Institucionais (articulações e contatos estabelecidos)	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Relatório de envolvimento dos Gestores contendo as atividades executadas
	E4.4. Fortalecer a Rede de Empresas parceiras da RBAC (articulações e contatos estabelecidos)	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Relatório de envolvimento das Empresas contendo as atividades executadas
	E4.5. Fortalecer a Rede de Organizações parceiras da RBAC (articulações e contatos estabelecidos)	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Relatório de envolvimento das Organizações contendo as atividades executadas
	E4.6. Articular a RBAC com a Rede Rio Negro, Fórum Médio Juruá, Mosaico de UC do Baixo Rio Negro e Fórum Desenvolvimento Integrado e Sustentado da Meso Região do Alto Solimões	SEMA-AM, CERBAC e Comitês Regionais da RBAC	De 02/2021 a 12/2024	Relatório de envolvimento das Organizações contendo as atividades executadas

FAS

unesco

Secretaria do
Meio Ambiente

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

RESERVA DA BIOSFERA
AMAZÔNIA
CENTRAL